



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

LAZARO EDSON DE SOUZA

**“O HOMEM NEGRO NÃO É UM HOMEM, O QUE ELE É ENTÃO?”
REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DO MASCULINO EM LETRAS DE MÚSICAS
BRASILEIRAS E SEUS REFLEXOS NA CONSTITUIÇÃO DAS IDENTIDADES
NEGRAS**

**Campinas
2023**

LAZARO EDSON DE SOUZA

**“O HOMEM NEGRO NÃO É UM HOMEM, O QUE ELE É ENTÃO?”
REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DO MASCULINO EM LETRAS DE MÚSICAS
BRASILEIRAS E SEUS REFLEXOS NA CONSTITUIÇÃO DAS IDENTIDADES
NEGRAS**

Dissertação apresentada à Faculdade de
Educação da Universidade Estadual de
Campinas como parte dos requisitos
exigidos para a obtenção do título de Mestre
em Educação, na área de Educação.

ORIENTADORA: Prof^a Dra. Ângela Fátima Soligo

ESTE TRABALHO CORRESPONDE À VERSÃO FINAL DA DISSERTAÇÃO
DEFENDIDA PELO ALUNO LAZARO EDSON DE SOUZA, E ORIENTADA PELA
PROF^a. DR^a ÂNGELA FÁTIMA SOLIGO.

Campinas

2023

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca da Faculdade de Educação
Rosemary Passos - CRB 8/5751

So89s Souza, Lazaro Edson, 1986-
Se o homem negro não é um homem, o que ele é então? -
Representações sociais do masculino em letras de músicas brasileiras e seus
reflexos na constituição das identidades negras / Lazaro Edson de Souza. –
Campinas, SP : [s.n.], 2023.

Orientador: Ângela Fatima Soligo.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade
de Educação.

1. Raças. 2. Racismo. 3. Gênero. 4. Masculinidade. I. Soligo, Ângela
Fatima. II. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. III.
Título.

Informações Complementares

Título em outro idioma: Si el negro no es un hombre, que es entonces? -
Representaciones sociales de lo masculino en las letras de canciones brasileñas y sus
reflexiones na constitucion de las indentidades negras

Palavras-chave em inglês:

Race

Racism

Gender

Masculinity

Área de concentração: Educação

Titulação: Mestre em Educação

Banca examinadora:

Ângela Fatima Soligo [Orientador]

Pedro Paulo Gastalho de Bicalho

Juliana Soares de Jesus

Data de defesa: 06-08-2023

Programa de Pós-Graduação: Educação

Identificação e informações acadêmicas do(a) aluno(a)

- ORCID do autor: <https://orcid.org/0009-0009-6803-952X>

- Currículo Lattes do autor: <http://lattes.cnpq.br/7109484670673884>

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

DISSERTAÇÃO

**“O HOMEM NEGRO NÃO É UM HOMEM, O QUE ELE É ENTÃO?”
REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DO MASCULINO EM LETRAS DE MÚSICAS
BRASILEIRAS E SEUS REFLEXOS NA CONSTITUIÇÃO DAS IDENTIDADES
NEGRAS**

LAZARO EDSON DE SOUZA

COMISSÃO JULGADORA:

Ângela Fátima Soligo

Pedro Paulo Gastalho de Bicalho

Juliana Soares de Jesus

*A Ata de Defesa com as respectivas assinaturas dos membros encontra-se no
SIGA/Sistema de fluxo de Dissertação/Tese e na secretaria do Programa da unidade.*

Campinas

2023

*O Mestrado é um sonho desde que descobri na graduação que ser psicólogo
era possível para além da clínica, quando decidi que vou ser, também,
PROFESSOR.
Chegar até aqui me faz perceber que valeu a pena ter sonhado grande e não
ter desistido do meu maior sonho.*

AGRADECIMENTOS

Aos meus PAIS, que não mediram esforços para ensinar a mim e aos meus irmãos que os estudos eram a melhor saída e por tudo que sou devido aos ensinamentos sobre humanidade, comunidade e amor.

Ao Francisco, Fernando e Paulo, por serem os melhores irmãos que eu poderia ter, por me cuidarem desde sempre e apostarem no meu sonho. Gratidão por todo incentivo e por crescermos juntos.

À Maria, Magda e Denise, as mulheres que trouxeram ao mundo as três pessoas mais importantes da minha vida e que deram inspiração na construção dessa dissertação. Minhas sobrinhas são minhas preciosidades.

À Elaine, minha querida cunhada, que me ensinou numa frase sobre o que é priorizar o processo de aprendizagem e depois que o fiz não mais parei. Obrigado por me acolher desde menino e me ensinar muito, desde o amor à educação.

À Mariana, Ana Luisa e Therenia por serem minhas fontes de inspiração e desejo em continuar crescendo nesse mundão. O tio se orgulha das mulheres que vocês estão se tornando e agradece por vocês serem as melhores companheiras.

À Ângela Soligo, minha eterna orientadora, por me escolher e me orientar sem medir os esforços para que chegássemos juntos até aqui. Ela desde o início acreditou na potência desse trabalho e me encorajou a dar o meu melhor. Gratidão por não ter soltado a minha mão e por todas as vezes que me resgatou do medo como uma verdadeira mãe.

À Maisa, minha companheira de grupo de pesquisa, que me ajudou e acolheu em diversos momentos de dúvida, por ter sido amiga, confidente e grande incentivadora.

A todas as mulheres que estão comigo na caminhada. Sei que grande parte do homem que sou, tentando ser cada vez menos errante, é porque tenho vocês ao meu lado.

À minha família por ser grande fonte de incentivo e por sempre acreditar que era possível eu ir cada vez mais longe.

À Cristiane por ter sido porto seguro em muitos momentos de desespero e dúvida, por segurar firme a minha mão até aqui.

À Crisley Caroline e Yke pela escuta atenta, ombro, colo e acolhimento no momento mais difícil desse processo.

Ao Bruno e Vic por serem companhia diária e meu lar.

À Tayná, Nayara e Bárbara por serem as irmãs que sonhei e estarem comigo em muitos momentos dessa etapa, por incentivarem e não me deixarem desistir e me darem uma nova família compartilhando a mãe comigo.

À família Lúcio pelo acolhimento, por terem me escolhido e pelo cuidado crucial, porque em muitos momentos em que a solidão apareceu, vocês estavam lá para não deixar ela me pegar.

Às amigas, amigos e amigues que foram importantes no processo e em algum tempo dele se fazem/fizeram presentes. Em especial ao meu amigo e irmão Daniel, por ter sido peça importante nessa caminhada, sendo ombro, colo, cozinheiro, que muitas vezes me acolheu no silêncio de uma crise existencial.

À Renata Lúcio (*in memoriam*), por ter sido a mãe que escolhi e por ter me proporcionado muitos momentos felizes nesse nosso curto tempo. Vencemos.

A todos os meninos que eu já convivi, convivo e conviverei, que sejamos homens mais livres e responsáveis.

Aos homens pretos.

A todo homem preto gay, para que tenham acolhida por onde passarem e não precisem performar masculinidades hegemônicas em busca de proteção. Que possam ser felizes sempre.

RESUMO

Partindo das temáticas de Raça e Racismo; Racismo Estrutural e Institucional e Gênero, o objetivo desta dissertação foi analisar as representações sociais de masculinidade a partir de letras de músicas brasileiras, buscando identificar elementos que apontam para as representações das masculinidades negras.

O eixo de análise da dissertação percorre os caminhos de minha história e minhas memórias, em diálogo com autoras e autores que têm se dedicado ao estudo das relações raciais e de gênero entendendo, como Paulina Chiziane, que minha história não é só minha; ela carrega as marcas da história do nosso país, do povo negro, dos homens negros.

Durante a análise dos objetos pesquisados, foi possível identificar três homens que cantam a mesma mulher. Eles falam de uma mulher submissa, que está para servir aos desejos do homem. As mulheres que fogem desse padrão e não correspondem a essas expectativas masculinas são cantadas de forma pejorativa.

Analisando as músicas sertanejas, identifiquei que os homens ali representados são os homens brancos ditos como os da masculinidade hegemônica; já no Samba/Pagode, identificamos representações de homens negros dicotômicos, que ora apresentam comportamentos hegemônicos, ora tentam performar uma masculinidade fora desse lugar. No Funk, foi possível identificar a representação de homens negros que performam uma masculinidade fora do lugar, que ocupam ou tentam ocupar o lugar da masculinidade hegemônica, mas que pela estrutura racista e machista não alcançarão este lugar.

Volto meu olhar para as músicas dos ritmos Samba e Pagode, Funk e Sertanejo por considerar que estes três estilos musicais são populares no país, muito ouvidos por adolescentes e jovens no momento e conformam as masculinidades contemporâneas.

Palavras chaves: Raça; Racismo; Gênero; Masculinidades.

ABSTRACT

Starting from the themes of Race and Racism; Structural and Institutional Racism and Gender, the objective of this dissertation was to analyze the social representations of masculinity based on Brazilian song lyrics, seeking to identify elements that point to the representations of black masculinities. The axis of analysis of the dissertation traverses the paths of my history and my memories, in dialogue with authors who have dedicated themselves to the study of racial and gender relations, understanding, like Paulina Chiziane, that my history is not just mine; it bears the marks of the history of our country, of black people, of black men.

During the analysis of the researched objects, it was possible to identify three men who sing the same woman, they talk about a submissive woman, who is about to serve the desires of the man; women who deviate from this standard and do not correspond to these male expectations are sung in a pejorative way.

Analyzing sertanejo's songs, I identified that the men represented there are white men said to be those of hegemonic masculinity; already in Samba/Pagode we identified representations of dichotomous black men, who sometimes present hegemonic behaviors, sometimes try to perform a masculinity out of place. In Funk it was possible to identify the representation of black men who perform a masculinity out of place, who occupy or try to occupy the place of hegemonic masculinity, but which due to the racist and sexist structure will not reach this place.

I turn my gaze to the music of the rhythms of Samba and Pagode, Funk, and Sertanejo considering that these three musical styles are popular in the country and much listened to by teenagers and young people at the moment, and conform contemporary masculinities.

Keywords: Race; Racism; Gender; Masculinities;

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
Raça e Racismo	11
Gênero e Masculinidade	17
2. HISTÓRIA/MEMÓRIAS DESTE HOMEM NEGRO	20
3. O CAMINHO	40
O que encontramos nesse caminho - as representações das masculinidades 444.	
PARA ENCERRAR, LINHAS DE FUGA/ENCONTROS	53
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	55

1. INTRODUÇÃO

Para início de conversa, explico aqui as concepções que orientam esta dissertação. Tratarei ao longo do trabalho de assuntos como Raça e Racismo; Racismo Estrutural e Institucional e Gênero, com o objetivo de analisar as representações sociais de masculinidade a partir de letras musicais brasileiras, podendo identificar elementos que apontam para as representações das masculinidades negras.

O eixo de análise da dissertação percorre os caminhos de minha história e minhas memórias, em diálogo com autoras e autores que têm se dedicado ao estudo das relações raciais e de gênero, entendendo, como Paulina Chiziane, que minha história não é só minha; ela carrega as marcas da história do nosso país, do povo negro, dos homens negros.¹

Volto meu olhar para as músicas dos ritmos Samba e Pagode, Funk e Sertanejo por considerar que estes quatro estilos musicais são populares no país, muito ouvidos por adolescentes e jovens no momento e conformam as masculinidades contemporâneas.

Raça e Racismo

Segundo Kabengele Munanga (2014), a etimologia da palavra raça vem do italiano *razza*, variação do latim *ratio*, que tem como significado sorte, categoria, espécie. Ele afirma que nas ciências naturais o termo foi utilizado para explicar as espécies de animais e classificar vegetais; hoje em dia, de acordo com o autor, essas classificações estão abandonadas.

Neste trabalho, raça não será considerada um termo estático, suas classificações estarão diretamente ligadas a fatos e momentos históricos. Sempre que se pensa em raça, podemos entender que por trás teremos fatores estruturais e contingentes, que carregam relações de poder e conflitos; portanto, trata-se de um conceito histórico e relacional (Almeida, 2019, p. 18).

Nas sociedades contemporâneas, tratar da formação política e econômica é falar da história da relação entre grupos humanos entendidos como raças. O estudo

¹ Euronews em Português. Paulina Chiziane vence Prémio Camões 2021. Youtube, 21 de out de 2021. Disponível em: [Paulina Chiziane vence Prémio Camões 2021](#)

da expansão econômica e do processo de colonização da América por europeus nos ajuda a compreender melhor como a ideia de raça está imbricada no modelo econômico-social instalado nas Américas.

Segundo Almeida (2019), para compreendermos a relevância dessa ideia, é preciso primeiro compreender a noção de homem pela filosofia. Ele define o homem como um produto “bem acabado” da modernidade, que cobrou uma elevada construção filosófica dessa noção de homem.

Como o autor explica, o período do Iluminismo foi quando a noção de homem passou a ser determinada como ser vivo, trabalhador e pensante. Foram essas as características que contribuíram para que a sociedade pudesse comparar e classificar as raças em superiores e inferiores. Ele explica:

A novidade do Iluminismo é o conhecimento que se funda na observação do homem em suas múltiplas *facetas* e *diferenças* enquanto ser vivo (biologia), que trabalha (economia), pensa (psicologia) e fala (linguística). Do ponto de vista intelectual, o iluminismo constituiu as ferramentas que tornariam possível a *comparação* e, posteriormente, a *classificação* dos mais diferentes grupos humanos com base nas características físicas e culturais (Almeida, 2019, p. 19)

Dessa concepção de que uma determinada raça pode ser superior a outra, visto que a superioridade estaria atribuída às pessoas brancas europeias: “Acreditava-se na superioridade de uma raça ariana pura, legitimava-se o poder da desigualdade, contando com a colaboração da ciência, do direito, da filosofia, da religião, entre outros” (Silva e Soares, 2011, p. 99).

Para alguns filósofos do século XVII e XVIII, a relação de superioridade/inferioridade entre diferentes raças consistia em um processo de dominação civilizatória, ou seja, a raça superior — os povos europeus, brancos — deveriam dominar todos os outros povos. Gonçalves (2015) discorre acerca do pensamento kantiano sobre as diferentes raças e explica como Kant pensava a dominação dos povos europeus e quem seriam os dominados. Ele mostra que Kant tinha uma representação dos negros que lhe permitia compará-los a animais:

Aliás, o calor úmido é favorecedor do forte crescimento dos animais em geral, e breve, surge o Negro, que está bem adaptado ao seu clima, a saber, é forte, corpulento, ágil; mas, que, ao abrigo do rico suprimento da sua terra natal, [também] é indolente, mole e desocupado (Kant *apud* Gonçalves, 2015 p. 185).

Nessa concepção de homem ocidental, um questionamento surge ao pensar em Frantz Fanon, um psiquiatra e pesquisador martinicano que também descrevia

os homens e a desumanização que o racismo causa/causava a eles. Será que Fanon estava dizendo destes mesmos homens descritos acima?

Nesse contexto de valorização de uma suposta raça em detrimento de outra e a popularização das diferenças, instala-se o racismo moderno e o conceito científico de raça com as consequentes discriminações raciais. No final do século XVIII e meados do século XIX, a criação do conceito de racismo recebeu diversas definições e interpretações que diferem em muitos pontos e, no cotidiano, ao utilizarmos o termo de forma imprecisa e muitas vezes díspar, acabamos por não construir um ponto convergente na luta contra o racismo. Por ideologia, o racismo é abordado a partir da raça, mesmo dentro das possíveis variedades existentes na relação entre as duas noções.

Munanga conta:

Com efeito, com base nas relações entre “raça” e “racismo”, o racismo seria teoricamente uma ideologia essencialista que postula a divisão da humanidade em grandes grupos chamados raças contrastadas que têm características físicas hereditárias comuns, sendo estas últimas suportes das características psicológicas, morais, intelectuais e estéticas e se situam numa escala de valores desiguais. Visto deste ponto de vista, o racismo é uma crença na existência das raças naturalmente hierarquizadas pela relação intrínseca entre o físico e o moral, o físico e o intelecto, o físico e o cultural. O racista cria a raça no sentido sociológico, ou seja, a raça no imaginário do racista não é exclusivamente um grupo definido pelos traços físicos. A raça na cabeça dele é um grupo social com traços culturais, linguísticos, religiosos, etc. que ele considera naturalmente inferiores ao grupo a qual ele pertence. De outro modo, o racismo é essa tendência que consiste em considerar que as características intelectuais e morais de um dado grupo são consequências diretas de suas características físicas ou biológicas (UMA ABORDAGEM CONCEITUAL DAS NOÇÕES DE RACA, RACISMO, IDENTIDADE E ETNIA Prof. Dr. Kabengele Munanga (USP) Etimologicamente, disponível em: <https://www.ufmg.br/inclusaosocial/?p=59> , acesso em: 05/01/2023).

Para compreendermos melhor o funcionamento do racismo, antes é preciso saber que se trata de um fenômeno social que está na estrutura da formação de uma sociedade.

Para Almeida (2019), o racismo estrutural é uma maneira sistemática de discriminação e preconceito racial que tem como fundamento o conceito de raça e se manifesta por meio de práticas conscientes e inconscientes que geram privilégios ou desvantagens para determinados grupos raciais, dependendo de qual pertencem.²

² Almeida alerta que, ao entender o racismo como estrutural, não se exime a responsabilidade individual e/ou coletiva sobre as práticas discriminatórias, segregacionistas e violentas do racismo.

Neste trabalho, abordaremos o racismo estrutural a partir da história de como o Brasil se constituiu enquanto população e como as políticas públicas foram sendo instauradas de forma a impedir que as pessoas pretas que aqui estavam pudessem acessar os espaços públicos, inclusive as ruas.

Soligo (2021) explica que a história da América e também do continente africano é marcada pela invasão dos europeus a partir do século XV. A autora afirma que o Brasil não foi descoberto, já que havia por aqui pessoas habitando, vivendo da sua cultura e natureza. A chegada dos portugueses tinha o propósito inicial de retirar desta terra as riquezas naturais produzidas aqui, como ouro, café, pedras e o pau-brasil.

Por meio de um processo escravocrata, marcado pelo sequestro, aprisionamento e despersonalização, os povos africanos foram trazidos ao Brasil de maneira violenta e submetidos ao trabalho e vida desumanizantes (Soligo *et al.*, 2018).

Santos (2022) aborda que, longe de suas histórias, culturas e vivendo sob condições sub-humanas em meio a lutas por liberdade, em uma sociedade brasileira que migrava do regime escravocrata para o assalariado que não se destinava a eles, os negros foram criando formas de sobrevivência diante do racismo que os estigmatizava, subalternizava e os tornava vítimas constantes das violências institucionais.

Este autor explica que, no Brasil, a libertação dos escravizados não foi motivada somente por sua resistência e lutas, mas atendeu também aos interesses dos portugueses, imbuídos da tarefa de modernizar e branquear o país: “Impossível, assim, que nesse processo de formação do Estado brasileiro se levasse em conta os interesses da maioria da população formada por negros africanos, indígenas e mestiços” (<https://fenajud.org.br/?p=12912>).

Deste modo, o Estado brasileiro criou pilares com o interesse dos colonizadores em detrimento dos interesses dos colonizados, colocando estes às margens da sociedade que se estruturava a partir de uma minoria branca.

Ainda no período escravagista, mesmo que o avanço das atividades econômicas na Europa forçasse o processo abolicionista no Brasil, foram forjadas leis para impedir que pessoas pretas acessassem a educação formal e formas valorizadas de trabalho. No estado de Minas Gerais, por exemplo, criou-se a: “Lei de 28 de março de 1835, que determinava: somente as pessoas livres podem

frequentar as escolas públicas, ficando sujeitas aos seus regulamentos” (Barros, 2016 p. 595). Em seguida, outros estados também foram criando leis que de alguma forma iam impedindo o acesso ao ensino de pessoas pretas que não fossem livres, tais como: Espírito Santo, Rio Grande do Norte, Mato Grosso, Paraíba e Rio Grande do Sul.

Outras leis foram criadas nessa perspectiva do impedimento, como a Lei de Terras. Segundo Gadelha (1989), essa lei foi criada pela urgência e necessidade de substituição da mão de obra e pela suspensão do tráfico negreiro naquela sociedade que não pensava o escravo como trabalhador, mas somente como um instrumento de trabalho.

A partir de 1870, passou a ser implantado no Brasil o regime de colonato, que colaborava com o processo de imigração europeia e se expandiu em 1883. Esse sistema oferecia salários fixos e variáveis para os colonos, que eram responsáveis pelo tratamento da quantidade de pés de café que colhiam. Isso rendia para eles um salário fixo e também uma renda variável de acordo com a quantidade colhida por área (Medeiros, 2019).

O autor explica que os colonos também ganhavam porções de terras, que podiam plantar seus alimentos e criar animais com o intuito de comercializá-los e ficar com o lucro. Para ele, esse sistema possibilitou que grande parte dos imigrantes fossem atraídos para o Brasil, já que as condições desses imigrantes melhoraram significativamente.

Conforme o sistema servil ia se degradando e o movimento abolicionista crescendo, as condições dos colonos foram melhorando aos poucos, aumentando significativamente o número de imigrantes no Brasil a partir de 1871 e, mais ainda, a partir de 1888 (Medeiros, 2019, p. 37).

Medeiros (2019) destaca que a participação do governo foi fundamental para o sucesso da imigração, já que cada vez mais ele foi tomando para si a responsabilidade com o imigrante, oferecendo benefícios como: “Passagens e conduções gratuitas nas estradas de ferro, hospedagens e auxílios pecuniários” (p. 38).

Soligo, Jango, Garnica e Lourenço (2018) afirmam que o escravismo brasileiro foi o mais longo da América Latina e o processo de abolição se deu por interesses econômicos e dominantes de um lado, mas também pela: “[...] luta dos

negros por liberdade, das revoltas, dos quilombos e dos movimentos abolicionistas e republicanos” (p. 267).

Com a abolição, os negros escravizados não contaram com leis de proteção ou de reparação, como as criadas para imigrantes europeus, de modo que os negros foram sendo deixados à margem das cidades ocupando, assim, ao longo da história, as camadas menos favorecidas da sociedade, sem acesso às políticas públicas de Educação, Saúde e trabalho formal (Soligo; Jango; Garnica; Lourenço, 2018).

Portanto, essas são as bases estruturais das desigualdades que perduram até hoje e podem ser evidenciadas nos índices de desigualdade socioeconômica, como faixa salarial e acesso à educação formal, como mostram os dados relativos ao salário e renda evidenciados no artigo de Souza no Boletim de Análise Político-Institucional (2021) e o texto de Garnica e Soligo, sobre o não lugar do negro na educação brasileira (2015).

Se o racismo é estrutural, ele é ao mesmo tempo estruturante do modo como funciona a sociedade, a cultura e suas instituições.

Almeida (2019) explica que na dimensão do racismo institucional, o domínio aparece com a constituição de parâmetros discriminatórios baseados na raça, que servem para manter a hegemonia do grupo racial branco no poder, fazendo com que as práticas de poder, padrões estéticos e de cultura de um grupo se tornem um horizonte civilizatório do conjunto da sociedade.

Soligo *et al.* (2018) nos apresentam que o racismo institucional, no âmbito da educação, pode ser retratado na permanência dos negros no que chamam de “não lugar”. As autoras explicam que o não lugar é compreendido como um espaço de não valorização do negro e da sua identidade. É impessoal e muito eficaz em silenciar e apagar um segmento da história da população e da cultura de um país. Para elas, essa forma de exclusão simbólica pode corresponder aos espaços físicos e também subjetivos.

Jango (2012) explica que já na década de 80 havia uma preocupação dos estudiosos de educação com relação à forma como o preconceito racial afetava a trajetória escolar das crianças negras, causando muitas vezes seu fracasso escolar. Ela afirma que esses estudiosos se mostravam preocupados em reforçar o combate ao racismo, reconhecendo as desigualdades raciais tanto no meio escolar quanto na sociedade.

Soligo, Ribeiro e Jango (2017) apontam dados da pesquisa de Bonilha, baseada no Censo Escolar, que mostra que crianças e jovens negros vão sendo excluídos da escola durante o período educacional. Elas afirmam que, nos anos finais do ensino fundamental e começo do ensino médio, a proporção de estudantes negros é menor; à medida que o processo avança, eles são gradativamente excluídos do ambiente escolar.

A pesquisa realizada por Soligo e Jango no município de Campinas (SP), sobre a inserção e consolidação do ensino de História da África nas escolas municipais de educação infantil e ensino fundamental, mostra os muitos entraves institucionais e falta de disposição dos docentes para garantir a efetiva incorporação da história e conteúdos de africanidades nos currículos e práticas escolares (Soligo, Jango, Garnica e Lourenço, 2018).

O estudo de Pereira Jr. (2022), voltado aos Projetos Político-Pedagógicos das escolas de educação infantil de caráter público-privado do município de Campinas, evidencia ausência, silenciamento e distorção dos conteúdos das africanidades nos referidos projetos.

Desse modo, pode-se dizer que instituições sociais, como a escola, produzem e reproduzem padrões que vão caracterizando quem são os sujeitos desejáveis para ocupar os espaços, contribuindo para a perpetuação do racismo por meio institucional.

Gênero e Masculinidade

O debate sobre gênero e sexualidade tem sido constante na sociedade atual, porém precisamos destacar que essa discussão se intensificou a partir de 1970 com o movimento feminista, que trouxe para a sociedade questionamentos sobre a posição da mulher na sociedade.

Apresentando um olhar crítico sobre o conceito de gênero baseado no sexo biológico, Barreto *et al.* (2009) afirmam que gênero pode significar que: “[...] homens e mulheres são produtos da realidade social e não decorrentes da anatomia de seus corpos” (p. 39).

O conceito de gênero foi formulado na década de 1970 por grande influência do pensamento feminista. Ele foi construído para diferenciar a dimensão biológica e

social do termo, baseando-se na ideia de que há machos e fêmeas na espécie humana, porém, a maneira de ser homem e de ser mulher se dá pela cultura.

Neste sentido, entramos no debate sobre homens negros e suas masculinidades.

O que quer o homem? O que quer o homem negro?

Mesmo expondo-me ao ressentimento de meus irmãos de cor, direi que o negro não é um homem. [...] O negro é um homem negro, isto quer dizer que, devido a uma série de aberrações afetivas, ele se estabeleceu no seio de um universo de onde será preciso retirá-lo (Fanon, 2008, p. 26).

Para Faustino (2019), o jogo de palavras utilizadas por Frantz Fanon introduz três pontos de discussão: o machismo, o racismo e o lugar dos homens negros diante dos outros. Ele explica que o homem negro está lançado em uma sociedade racializada, onde não é visto como homem ou sequer parte da humanidade. Logo, ao se pensar em ser humano, o homem negro não está incluído; portanto, ele não é humano, é “apenas um homem negro”.

De acordo com Ribeiro (2017), em alguns contextos em que ocorrem marginalização, dominação e cumplicidade, diferentes formas de masculinidades podem ser produzidas.

Masculinidades são configurações da prática dentro das relações de gênero, uma estrutura que inclui instituições e relações econômicas em larga escala, bem como relacionamentos face-a-face e sexualidade. Masculinidade está institucionalizada na estrutura, assim como é um aspecto do caráter individual ou da personalidade. (Connell, 2000, p. 29 *apud* Ribeiro, 2017).

Ainda segundo este autor, isso pode explicar que as masculinidades podem ser reconstruídas e mudadas constantemente no decorrer da história.

Quando se trata de homem branco, heterossexual, rico e ocidental, o autor enfatiza que essa masculinidade é identificada como hegemônica. Quando se é homem negro, gay, pobre, não branco e transgênero, essa construção é vista como masculinidade marginalizada ou subordinada, o que caracteriza um regime de gênero hierarquizado. Assim, as masculinidades não são fixas, mas configuram práticas de gênero vistas como constructos políticos (Ribeiro, 2017).

Desse modo, ao percebermos as masculinidades negras a partir da masculinidade hegemônica, é possível que identifiquemos uma insuficiência no modelo dessa masculinidade. Segundo Ribeiro, tal insuficiência pode nos levar a compreensões reduzidas sobre as subjetividades vivenciadas por homens negros e

as práticas sociais experienciadas, lidas a partir de um lugar político de subordinação vivido dentro da estrutura racial dominante.

2. HISTÓRIA/MEMÓRIAS DESTE HOMEM NEGRO

Começo avisando que, neste memorial, contarei coisas que nunca havia relatado antes para ninguém. Foi meu processo de autoconhecimento que me levou à nomeação de episódios da minha vida que não tinham nomes.

Nasci na cidade de Sumaré, em 1986, fruto de uma gravidez inesperada aos 44 anos da minha mãe, caçula de quatro irmãos e cresci na periferia da cidade. Como na maioria das famílias pobres, fiquei alguns anos sob cuidado dos meus irmãos mais velhos para que meus pais pudessem trabalhar. Estudei toda educação infantil e fundamental em escolas públicas do bairro.

Quando nasci, meu pai já estava com quase 60 anos de idade e os problemas de saúde fizeram com que eu pudesse conviver com ele apenas por doze anos: lembro saudosamente das viagens que fazíamos de trem até a cidade de Jundiaí para passarmos os finais de semana na casa dos meus padrinhos. Apesar do pouco tempo que estivemos juntos, sinto que ele foi meu grande herói. Deu tempo suficiente para ele me mostrar um modo de ser homem, bem distante do homem hegemônico. Meu pai exerceu uma paternidade exemplar para mim e meus irmãos.

Tenho convicção de que meu pai sempre soube a criança e o filho que eu era, inclusive sobre a minha homossexualidade. A minha ligação com ele era tão profunda que sinto que eu falaria com mais facilidade com ele do que com a minha mãe. Ele era um homem além do tempo. Meu pai entendia os meus desejos infantis e não me cobrava uma “postura masculina”.

Acima, escrevi que tinha desejos infantis. Hoje, pergunto qual criança teria desejo sexual aos cinco, seis ou sete anos de idade se não tivesse sido abusada? Não consigo me recordar muito bem qual era a minha idade, mas lembro de como eram feitas as investidas dos homens mais velhos a mim. Sempre fui uma criança afeminada e que gostava de brincadeiras ditas de meninas; logo, a aproximação com o feminino fazia com que eles pudessem exercer sobre meu corpo infantil seu machismo.

Aconteceu mais de uma vez e com pessoas diferentes. Todos eles eram pessoas próximas da minha família. Os abusos aconteciam sempre quando tinham a oportunidade de estarem sozinhos comigo, seja numa “voltinha” na garupa da bicicleta ou numa ida à horta da minha mãe para pegar cheiro verde para o almoço.

A única coisa que me diziam era para não contar para ninguém. Assim o fiz até meus 33 anos, quando resolvi conversar sobre os medos que eu tinha de crianças.

No meu processo terapêutico, resolvi conversar com a minha psicóloga sobre o medo que eu tinha de ficar sozinho com crianças, apesar de gostar muito delas. As indagações feitas nas sessões a respeito da minha infância foram me levando para lembranças — não só as agradáveis, mas também as desagradáveis. A terapia me ajudou a nomear e reconhecer que as coisas que aconteciam comigo eram abuso e não carinho, não eram brincadeira de criança.

Ao longo da minha infância e adolescência, escutei as pessoas dizendo que eu não poderia chorar, que eu era “forte”, que sendo menino minhas brincadeiras deveriam ser de meninos e sempre questionei: “O que seria brincadeira de meninos?”. Eu gostava mesmo era de brincar com “coisas de menina”, mas nunca me senti uma menina, só não achava que eu deveria ser forte como os outros meninos da minha idade.

Pensando em como minha vida é atravessada pela história da sexualidade no Ocidente, recorro a Santos (2022) que discorre sobre o período em que a sexualidade passa a ser discutida no Ocidente entre os séculos XVIII e XIX. O que se pode perceber atualmente é que ela passa a ser considerada como um conjunto de invenções sociais que se constrói a partir de discursos sobre o sexo (Santos, 2016).

Os pensamentos sobre a sexualidade a partir do século XIX consideram as diferenças de homem e mulher por meio do sexo biológico. Essas diferenças anatômicas vão definir socialmente as formas de manifestação das sexualidades (femininas e masculinas).

Para o autor, essa forma de manifestação da sexualidade é o que pode definir como norma as expressões de sexualidades já impostas pela sociedade, de forma a dizer o que é certo ou errado, normal ou desviante.

As restrições normativas demarcam deliberadamente o que poderia ser considerado como certo ou errado, normal ou desviante, verdadeiro ou falso no âmbito sexual, conjugando a sexualidade dentro de um padrão específico. (Santos, 2016, p. 1).

Por outro lado, gênero é o termo que se tornou relevante para evidenciar a importância social das relações entre os sexos, descaracterizando o determinismo biológico por trás dos termos “sexo” ou “diferença sexual” (Scott, 1990 *apud* Santos, 2016). Analiticamente, a concepção de gênero proposta pelo autor vai além da

conformidade determinada pelo sexo biológico e supera a naturalização das dicotomias feminino-masculino.

Acontece que a naturalização dessas dicotomias mantém as desigualdades sociais de gênero, conservando padrões que refletem: “[...] cristalização de formas de atuação em papéis delimitados, imposição de hierarquias sociais, políticas e econômicas e disseminação de representações sociais estigmatizantes” (Santos, 2016).

Assim, na escola e pelas ruas do bairro onde cresci, ouvia dizer que negros deveriam ser mais fortes do que os outros meninos, que aguentavam mais as pressões e as dores. Falando em dores, aos oito anos eu fazia tratamento dentário com a dentista do posto de saúde do bairro. Jamais me esquecerei dos beliscões e da bronca para que eu ficasse quieto enquanto ela tentava arrancar meu dente sem anestesia, afinal, eu era um menino negro que aguentava qualquer coisa.

O sociólogo Henrique Restier publicou um texto com o título “Como ser um homem negro no Brasil”, em que ele parafraseia o título de uma música inglesa que diz: “somos homens negros em um mundo branco” (Restier, 2017 p. 2). A partir disso, o autor faz alguns questionamentos a respeito do significado e as consequências dessa afirmação, trazendo elementos para pensarmos a violência, a hiperssexualização, o corpo e os estereótipos dos homens negros.

Grande parte das representações hegemônicas sobre homens negros recaem sobre o nosso corpo, nos hiperssexualizando, nos desumanizando, ou seja, destituindo-nos dos prestígios, recursos e prerrogativas de sermos “homens-humanos” (Souza, 2017, p. 2).

Assim, a representação do homem negro em estereótipos e estigmas sociais se torna constante na mídia e na cultura brasileira, logo, esses homens — eu sou um deles — passam a ser representados como: o forte, o bandido, o vagabundo, o moleque, o bêbado etc. Isso fará sentido o tornando o maior rival do homem branco pela masculinidade socialmente valorizada.

Considerando que o racismo se manifesta na estrutura da sociedade, não se pode esquecer que ao tratar deste assunto é indispensável discutir classe e gênero, em perspectiva interseccional, como nos estudos de Davis (“Mulheres, Raça e Classe”, livro publicado em 2016). Neste trabalho, ao discutirmos gênero, vamos nos ater à discussão da masculinidade e dos homens negros.

Aguntei muita coisa até aqui em silêncio. Lembro que entre oito e onze anos eu não conseguia ir ao supermercado, padaria ou duas ruas para cima da minha

casa sozinho, precisava sempre de uma companhia ou eu tinha que desviar o caminho de alguns bares. Havia um “cara” que todas as vezes ao me ver me humilhava, me chamando de “neguinha”. Eram gritos misturados com risos e dedos apontados para mim. Meu constrangimento era tanto que eu fazia sempre um caminho mais longo para desviar e chegar na minha casa. Isso só acontecia quando ele estava no bar.

Quando entendemos que há muitas classificações de gêneros e orientações sexuais, tais quais homossexuais, heterossexuais, bissexuais, travestis, transexuais, não binários e intersexo, e que elas interagem no mundo social, notamos que certos entrecruzamentos são objetos de tratamentos mais desiguais do que outros. Assim: “Se um determinado indivíduo é homem, negro e de classe popular, receberá um tipo de avaliação distinto (possivelmente desvantajoso) em relação ao de uma mulher branca de classe social alta” (Barreto *et al.*, 2009, p. 1).

Com isso, entende-se que a desvantagem do gênero na sociedade machista também pode se classificar por raça/etnia ou pela classe social.

Para as autoras citadas, são esperados modelos comportamentais de homens e mulheres na sociedade, de forma que correspondam a um aprendizado sociocultural que ensina a agir de acordo com as prescrições para cada gênero. Há uma expectativa em relação à forma como homens e mulheres devem agir socialmente, quer dizer, como andar, falar, sentar e mostrar o corpo. De acordo com cada gênero, esperam-se também modos específicos de trabalhar, ensinar, dirigir um carro e expressar sua sexualidade.

Assim vamos crescendo. No imaginário das pessoas, nós, meninos negros, servimos para aguentar as dores, as negligências, as piadas, o bullying e o desprezo. Meninos negros nunca estão na lista dos garotos mais bonitos da turma. Meninos negros não podem sonhar. Meninos negros não podem querer ser crianças.

A adolescência foi um período de grandes transformações na minha vida. A morte do meu pai, a mudança do meu melhor amigo para outra cidade e a descoberta das possíveis relações homoafetivas. Dentre as brincadeiras, jogar futebol e pique-esconde eram as minhas favoritas. Foi assim que surgiram os primeiros toques e sentimentos afetivos sexuais por outros meninos da minha faixa etária.

Na escola, fiquei conhecido como “Jacaré”, fazendo referência ao dançarino do grupo “É o Tchan do Brasil”, após um concurso de dança em que saí vencedor. Alguns olhares de reprovação e muitos outros de admiração. As reprovações vinham de grande parte dos meninos, que diziam que rebolar era coisa de “veado” (*sic*).

Nessa escola, vivi momentos muito importantes da minha descoberta de ser menino. Lembrei de uma situação com meus amigos: éramos cinco, um negro, dois loiros, um descendente de japonês e um com características indígenas. Todos eles com os cabelos bem lisos, com franjas na testa, que os fazia ficarem o tempo inteiro tirando os cabelos do olho com a mão. Certo dia, estava em casa — sempre usei cabelo raspado — e minha mãe chamou a minha atenção porque eu estava fazendo movimentos de tirar os cabelos dos olhos com a mão, como meus amigos.

Compartilho sobre esse dia com riso no rosto, porque foi engraçado. Mas hoje consigo pensar o quanto é difícil ser um menino negro com relações pessoais pautadas na branquitude, o que nos faz “branquear” numa busca por aceitação e reconhecimento. Assim constatamos o que nos mostra Pereira (1987), ou seja, a ideologia do branqueamento não se dirige apenas a branquear os corpos, mas se estende a branquear condutas e modos de ser.

Desde muito cedo acham que nós devemos trabalhar. Quando me perguntavam o que eu queria ser quando crescesse e eu respondia professor de faculdade, médico ou diplomata, às vezes sob gargalhadas tive que ouvir que eu seria segurança, pedreiro, operador de máquinas — não pretendo desmerecer essas profissões, mas colocar em evidência qual a representação social corrente sobre homens negros. Por que eu não podia sonhar com profissões valorizadas socialmente?

Para Moscovici (2003), a representação social pode ser definida como:

[...] produtos da interação e comunicação e elas tomam forma e configuração específica a qualquer momento, como uma consequência do equilíbrio específico desses processos de influência social (p. 21).

Soligo (2002) apontou nos resultados de uma de suas pesquisas que quando homens negros são vistos como trabalhadores, destacam-se os trabalhos braçais, que exigem força física, e o esporte, especificamente o futebol ou o atletismo, que concentra um número grande de homens negros.

No âmbito da sexualidade, o que contrasta as relações entre homens negros e homens brancos é o pênis. De um lado, cria-se uma representação quase que animalesca sobre a virilidade sexual do homem negro, de outro, um ressentimento

nos homens brancos ao imaginarem sua hombridade ameaçada (Souza, 2017).

Souza explica:

Não obstante, pênis não é sinônimo de falo (phallôs do grego), pois este é entendido como signo de poder, recursos, prestígio, status e acesso. Por isso tratar que a obsessão em retratar o homem negro como macrófilo é um fetiche (p. 2)

Quando estava pronto para iniciar o ensino médio, lembro-me que, na escola onde eu estudava, a professora apontou quais alunos estavam preparados para serem aprovados no “vestibulinho” da escola técnica do centro da cidade. Eu não fui incluído naquela lista — novamente uma lista em que eu não estaria incluído. Naquele tempo, não entendia muito bem do que se tratava aquele apontamento, mas, no fim, fui o único aprovado.

Segundo Soligo e Wechsler (2002), as representações de professoras brancas sobre crianças brancas e negras concentram no menino branco as características ligadas à inteligência, ao mesmo tempo em que o menino negro é relegado à invisibilidade.

Lembro-me de um episódio em que meus irmãos falaram para a minha mãe que não era para eu ir para a escola nova. Acredito que várias coisas nos atravessaram naquele momento importante da minha vida. Ainda era recente a morte do meu pai, existia um tanto de superproteção por parte deles e a nossa condição social também não era muito boa. Minha mãe recebia um salário mínimo na época e o único que trabalhava formalmente era o meu irmão mais velho.

De acordo com Santos (2005), existe um ciclo vicioso do racismo que mantém as pessoas negras em situações de menor vantagem em relação às pessoas não negras, descrito como “trilha do ciclo vicioso”. O autor propõe uma reflexão acerca desse caminho, identificando quais são os elementos que compõem essa trilha. Segundo ele, as condições socioeconômicas interferem diretamente no desenvolvimento de pessoas negras e isso tem relação com a forma como se deu a abolição da escravidão no Brasil. Para além disso, o ciclo vicioso tem também como elementos a díade baixa renda e escolaridade inferior, a visão da sociedade, os meios de comunicação, a violência policial, a não identidade racial dos não brancos e a manutenção do *status quo*.

Para hooks (2015), desde o período escravocrata homens negros têm se esforçado para adquirir educação em todos os níveis. A autora afirma que, no fim do século XIX e início do século XX, os homens negros que queriam passar da

condição de escravidão para a liberdade recorriam à educação como alternativa, contrariando o que hegemonicamente se destinava aos homens negros.

Atualmente, na cultura da supremacia branca capitalista, imperialista e patriarcal, a maioria dos jovens oriundos das classes pobres e desprivilegiadas é socializada através da mídia de massa e de uma educação elitista tendenciosa para acreditar que tudo o que é necessário para a sua sobrevivência é ter habilidade para o trabalho físico. Jovens negros, desproporcionalmente numerosos entre os pobres, vêm sendo socializados para acreditar que a força e a resistência física são tudo o que realmente importa. Esta socialização é tão presente no mundo atual quanto durante a escravidão. Preparados para ser mantidos como membros permanentes de uma subclasse, para não ter escolhas e, deste modo, dispostos a matar, sempre que necessário, em nome do Estado, homens negros sem privilégios de classe sempre têm sido os alvos da deseducação (Hooks, 2015, p 678-679).

Ainda na contemporaneidade da população negra brasileira, vimos que muitas famílias negras buscam a educação como uma tentativa de melhoria de vida, a despeito do pensamento de que homens negros não podem ser pensantes.

Numa sociedade racista, homens negros são considerados desprovidos de qualquer habilidade intelectual em relação a outros grupos de homens, afirma hooks (2004). Para a autora, a visão estereotipada racista e sexista define estes homens como sendo mais corpo do que mente. Ela afirma:

Homens negros estão mais propensos a serem recebidos pela sociedade da supremacia branca capitalista, imperialista e patriarcal, como sujeitos que parecem ser idiotas ou, como nós crescemos nos anos 1950 costumávamos dizer, pessoas lentas (isto é, pouco inteligentes) (p. 678).

Hooks (2004) mostra que, em famílias negras, nas quais a leitura é incentivada para as meninas, um menino que gosta de ler é entendido como estranho, como aquele que está sendo encaminhado para ser um “maricas”.

Por certo, uma vez que pessoas negras aderem a noção de uma masculinidade patriarcal, para a qual um homem de verdade é um corpo sem mente, garotos negros que são intelectuais, que querem ler e que querem amar os livros, correram o risco de ser ridicularizados como não masculinos. (Hooks, 2015, p. 684).

Acontece que fui estudar em uma escola central, onde o ensino era mais “puxado” e considerado referência entre as escolas municipais da cidade. Lembro-me que foi nesse período que eu fui criando mais coragem para lidar com as minhas afetividades, encontrando pessoas parecidas comigo e também aceitando a minha condição de menino, negro e gay. Recordo-me que nessa escola eu fiz parte de um grupo chamado “Elite”, éramos dez: seis meninas e quatro meninos. Ele ainda existe nas redes sociais e mantenho contato com apenas dois integrantes. Mas juntos

descobrimos nossos sonhos profissionais, nossos gostos musicais, nossas sexualidades e pudemos exercer tudo sem cobranças ou violências um com o outro.

O nome “Elite” foi dado porque éramos um grupo de estudantes excelentes, com bom relacionamento com os colegas e funcionários da escola e que sabíamos que desfrutávamos de alguns favorecimentos, como poder entrar na escola depois da segunda aula, ir embora mais cedo e questionar a estrutura da escola sem sermos punidos. Isso evidencia uma perspectiva meritocrática da escola.

Nesse mesmo ano em que mudei de escola, tive a oportunidade que transformaria a minha vida para sempre. Em Sumaré, existe um programa de jovens aprendizes para o qual, na minha época, eram indicados somente os alunos escolhidos pela escola, por critérios de notas e condição social vulnerável. Depois, encaminhados para um processo seletivo realizado em duas etapas.

A primeira foi uma entrevista na instituição. Então, me direcionaram para o Instituto de Promoção do Menor de Sumaré. Passei por uma entrevista socioeconômica com a assistente social e depois com a psicóloga. Fomos, minha mãe e eu, em processos separados; se aprovado, iria para a segunda etapa — a prova. Enfim, fui aprovado nesse processo e, portanto, fui fazer um curso de rotinas administrativas e práticas de cidadania. No final do curso, fui encaminhado para o processo seletivo na 3M do Brasil.

Minha primeira experiência profissional iniciou aos dezesseis anos de idade, em um departamento ligado ao RH, e esse foi o meu primeiro contato profissional com psicólogos. Conheci vários deles, mas um me chamaria a atenção pela sua disponibilidade e facilidade em lidar com os adolescentes. Murilo, o nome dele, estagiário de psicologia.

Foi nesse período também que despertei o interesse de ir para a faculdade. Todos os amigos falavam de como iriam para a faculdade e para quais iriam. Pensar isso era algo muito distante para mim, pois, no meu imaginário, faculdade era coisa para ricos e brancos, assim que me ensinaram. Quando chegamos ao final do ensino médio e técnico, a “Elite” foi para a universidade, menos eu. Tive que esperar um pouco e quando prestei o vestibular para Ciências Contábeis pela primeira vez, em 2007, o fiz escondido da minha mãe.

Mais uma vez eu enfrentaria a barreira de que aquele lugar não era para mim. Este foi o motivo de não comunicar à minha família que havia prestado a prova.

Entrei na universidade, cursei um ano inteiro sem pagar, acreditava que conseguiria uma bolsa de estudos, mas não consegui e tranquei o curso.

Bonilha e Soligo (2015) afirmam que após o processo de escravização, os sujeitos negros foram deslocados para um “não lugar”, principalmente no âmbito do mercado de trabalho, sendo deixados em situação de exclusão e miséria. Para eles, o “não lugar” é marcado por estereótipos negativos que legitimam a discriminação racial.

Para as autoras, o “não lugar” é caracterizado como: “Espaço de anonimato, que é impessoal, sem qualquer traço de identidade ou de valorização; uma forma eficaz de silenciar e apagar um segmento da população da história e da cultura de um país” (Bonilha e Soligo, 2015 p. 32). Elas ainda ressaltam a importância de sabermos que essa exclusão acontece em nível simbólico e que o não lugar não se trata apenas de um espaço físico, mas que a exclusão opera também na subjetividade do sujeito.

Entre idas e vindas na universidade para cursar Ciências Contábeis, foram seis tentativas. Dois fatores me faziam desistir: o primeiro era a falta de dinheiro para conseguir pagar; o segundo, é que eu não gostava nada do curso, fazia porque trabalhava na área e imaginava que seria possível ganhar dinheiro. Eu só pensava em ter uma condição financeira e social melhor, mas por incrível que pareça não foi esse curso que me permitiu experienciar a tão sonhada ascensão social.

Essa tentativa de cursar Ciências Contábeis porque trabalhava na área me fez lembrar de um episódio de racismo e machismo que sofri neste trabalho. Certa vez, durante o café da tarde, estava conversando no refeitório com as minhas amigas de departamento e falando alguma coisa da minha vida, quando um funcionário me olhou e disse: “Além de preto é veado”. Eu fiquei tão bravo que voei para cima dele, mandando repetir o que tinha dito e ele só dizia: “Vai tomar no cu”. Lembro que me seguraram e depois fui chamado ao RH para explicar o que havia acontecido e nada aconteceu com ele. O inadequado era eu.

O pesquisador Veiga (2019), aponta que na impossibilidade do homem negro deixar de ser negro, ele internaliza valores comportamentais e morais de homens brancos, numa tentativa de autopreservação, transformando-se num “macho-beta”. O autor explica ainda que, na tentativa de serem reconhecidos como pessoa, homens negros internalizam a masculinidade branca e passam a manter

comportamentos violentos para com aqueles do seu povo que questionam ou se deslocam do padrão heteronormativo.

Este masculinismo negro é tóxico tanto para os homens negros heterossexuais quanto para mulheres e lgbtqiapn+ negros que, não bastasse o sofrimento com as limitações e violências produzidas no seio da sociedade supracista branca em que vivemos, sofrem, também, por parte de pessoas do seu próprio povo com quem partilham opressões de raça, mas com quem não é possível contar e/ou confiar plenamente porque a diferença de gênero e de orientação sexual faz com que o homem negro hétero, às vezes, se sinta numa posição superior em relação à mulher e aos lgbtqiapn+ e, desta posição, reproduza violências que sofre enquanto corpo negro no mundo sobre corpos negros que trazem outras marcas inferiorizadas para além da negritude. (Veiga, 2019, p. 83).

Trabalhei nessa empresa por quase dez anos, contando com uma saída e um retorno. Mas a segunda demissão se deu por conta da minha relação com o curso de psicologia, que começo a contar agora.

O ano é 2012, eu tinha desistido pela sexta vez do curso de contábeis. Lembro da minha angústia ao perguntar para a minha chefe se haveria problema em cursar Psicologia, visto que eu trabalhava com departamento fiscal, e ela sinalizou que não. Então prestei o vestibular novamente, confiando que conseguiria uma bolsa, dessa vez pelo financiamento do governo. Estudei até o segundo semestre deste ano e, no fim dele, a minha tentativa de financiamento foi negada, porque meu nome constava na lista de restrições de crédito.

A frustração foi imensa para mim, porque quando iniciei Psicologia a cada aula eu tinha certeza de que era isso o que eu queria para a vida. Essa era a profissão dos meus sonhos. Lembro que chorei muito e resolvi não contar para os meus irmãos e amigos que no ano seguinte eu não voltaria para a universidade.

O ano letivo de 2013 iniciou e eu não fui para a faculdade. Meu irmão Fernando percebeu e questionou, então contei o que havia acontecido. Ele, bravo com a situação e descrente por eu ter parado a faculdade pela sétima vez, convocou uma reunião de família para falarem da forma como eu estava vivendo, sem cursar uma faculdade.

Neste episódio, uma das minhas cunhadas, a Elainy, não quis opinar, mas disse: “Quando a faculdade for prioridade de vida dele, ele vai entrar e vai terminar” (*sic*). Nunca esqueci dessa fala. Algo me impulsionou a correr atrás de negociar as dívidas e “limpar” o meu nome, o que consegui realizar em seis meses. No segundo semestre de 2014, eu retornei para a universidade e finalmente consegui o

financiamento do governo e a certeza de que não sairia mais da faculdade se não fosse formado.

Até aqui, já tinham amigos da “Elite” terminando a segunda faculdade, outros morando fora do Brasil, alguns casados e com filhos, mas todos formados, e eu iniciando a minha carreira. Enfatizo isso para percebermos o quanto é diferente a trajetória para um jovem negro sem os pais para ajudar em alguns momentos.

Segundo Veiga (2019), o racismo é a condição que possibilita a existência e a manutenção do modo de produção capitalista, que sustentará as desigualdades de raça e classe. Para o autor, o fim do racismo levaria ao fim do capitalismo, visto que o racismo é a principal engrenagem do modo de economia que conhecemos. A manutenção do *status quo* racista se dá pela colonização do pensamento e do desejo: “Se o desejo é colonizado pelo capital que é branco, o que o desejo passa a desejar é a brancura. Que lugar, então, restaria para a bixa preta na economia do desejo?” (Veiga, 2019 p.86).

Nesse mesmo ano de 2014, aconteceria o Congresso Brasileiro de Psicologia, Ciência e Profissão³, conhecido como “congressão”. Já inserido na universidade, curioso e inquieto, me inscrevi para este congresso, lembrando da fala de um dos meus professores que disse no primeiro dia de aula que deveríamos: “VIVER A UNIVERSIDADE”, isto é, aproveitar tudo o que ela poderia nos oferecer. Baseando-me nisso fui vivendo.

Quando o boleto para o congresso chegou, eu não tinha como pagar. Então fiquei esperando o próximo pagamento de salário para pedir a segunda via do boleto. Enviei um e-mail para a organização solicitando e foi aí que minha história com a Psicologia mudou: eles me ofereceram uma “monitoria” no congresso, ou seja, eu troquei o valor da minha inscrição por algumas horas de trabalho e o direito de participar do congresso. Aceitei na hora e já pensei: “Com o dinheiro da inscrição eu pago minha hospedagem e alimentação”, que eu também não sabia como faria para conseguir.

Convidei meu amigo Matheus para participar comigo. Ele aceitou e lá fomos nós nos aventurar no nosso primeiro Congresso. Lembro como a participação nesse evento mudou a minha vida, pois foi vivenciando estar ali que pude perceber que

³ O Congresso Brasileiro de Psicologia (CBP) reúne profissionais de psicologia do Brasil e América Latina com debates e apresentação de trabalhos acadêmicos de todas as áreas da psicologia. Acontece em São Paulo a cada quatro anos.

gostaria de ser a pessoa que escreve trabalhos — foi lá que percebi que queria ser um acadêmico de Psicologia. O Congresso durou cinco dias. Voltei para casa ainda mais apaixonado por esta área.

Foi também nessa volta para casa que a empresa onde eu trabalhava me demitiu, alegando que meu rendimento tinha caído, e tinha mesmo. Nesse momento, tomei a decisão de me inserir no mercado de trabalho da Psicologia. Foram dois estágios e o pior período da minha vida.

Nesses anos até o final da faculdade cresci, me tornei um homem adulto. Passei por todas as dificuldades de um universitário com pouco dinheiro. Nesses quatro anos que demorei para me formar, minha renda reduziu quatro vezes — eu recebia uma bolsa de estágio no valor de R\$400,00 por mês, sem nenhum benefício. Nesse período, eu contei com a ajuda de muitos amigos que me deram comida, dinheiro, carona, cesta básica, roupas. Eu falava muito pouco com meus irmãos sobre as minhas dificuldades. Pensava que contar para eles sobre elas reafirmaria a crença de que a universidade não era para mim. Entre um obstáculo e outro, meu foco era chegar no final.

Em setembro de 2017, aconteceu o encontro nacional da Associação Brasileira de Ensino de Psicologia (ABEP). Lembro que aproveitei a oportunidade para me aproximar ainda mais da entidade da qual eu já ouvia falar e lia a respeito nas minhas pesquisas sobre psicologia. Então, mais uma vez, me ofereci para ser monitor no evento. Essa foi a forma que encontrei de poder participar dos eventos sem precisar pagar pela minha inscrição e deu certo. Um dia antes, a organização fez uma reunião com todos os monitores e, no final, me convidaram para compor a diretoria da entidade como representante dos estudantes de psicologia. Como se trata de uma entidade nacional, significava que eu representaria todos os estudantes do Brasil.

Eu não poderia mensurar o tamanho dessa responsabilidade, porém, aceitei o convite, como forma de aprendizado e também de me aprofundar ainda mais no debate sobre o ensino da psicologia. Enquanto representante de estudantes, estar na diretoria da primeira entidade que se dedica ao ensino da psicologia no Brasil me possibilitou a ampliação da minha rede de contatos a nível nacional e internacional, com estudantes e profissionais de psicologia. Abriu-se também a possibilidade de conhecer outros estados brasileiros. Pude participar diretamente da Revisão Nacional das Diretrizes Curriculares para os mais de mil cursos de psicologia que

existem no Brasil. Conheci a sede do Conselho Federal de Psicologia, fora os meus trabalhos que pude apresentar nos eventos de psicologia na minha região e em todo o país. Também não posso deixar de destacar que ser um estudante inquieto me possibilitou estar no núcleo de relações étnico-raciais do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo e, mais tarde, após formado, me tornei membro da Comissão Gestora dessa entidade.

Minha trajetória como estudante no curso de Psicologia na Universidade Paulista (UNIP) em Campinas foi marcada por militância, debates importantes em defesa da psicologia como ciência e profissão, e também de muitos questionamentos, provocando reflexões que instigasse professores a reverem suas práticas. Foi a partir de um incômodo que solicitei a um dos meus professores, Márcio Souza, que fosse meu orientador de iniciação científica, porque eu já sabia que depois da faculdade o mestrado era o caminho mais rápido para que eu pudesse me tornar também professor de Psicologia.

Propus a ele fazermos uma pesquisa sobre a Representação da Mulher Negra no Trabalho. O objetivo era identificar o quanto o machismo e racismo atravessavam a vida dessas mulheres a ponto de impedi-las de acessar determinados cargos ou desistir deles. O professor aceitou e a partir dessa pesquisa decidi que seguiria para o mestrado.

Bento (2013) aponta que o tema das relações raciais no Brasil é tão silenciado que há mais similaridade do que diferenças nas informações sobre o tema. A autora explica:

Grande parte das manifestações racistas cotidianas, são clandestinas e mal dimensionadas. Os legados cumulativos da discriminação, privilégios para uns, déficits para outros, bem como as desigualdades raciais que saltam aos olhos, são explicadas e, o que é pior, frequentemente “aceitas”, através de chavões que nenhuma lógica sustentaria, mas que possibilitam o não enfrentamento dos conflitos e a manutenção do sistema de privilégios. Assim, ainda que os impactos do racismo se manifestem de modo diverso na vida de negros e brancos, não é incomum a tendência a fugir ou esquecer a condição de discriminado e de discriminador (Geledés, 2013⁴).

Antes de me formar, fui para o Encontro Nacional de Estudantes de Psicologia (ENEP), que aconteceu na Universidade Federal de Feira de Santana. Lá, tive a oportunidade de conhecer outros estudantes de várias partes do país. Fiquei num alojamento com estudantes de Brasília, Bahia e São Paulo. Foi uma semana de muito conhecimento, descobertas e experimentação de ser eu. Todas as

⁴ <https://www.geledes.org.br/branquitude-o-lado-oculto-discurso-sobre-o-negro-cida-bento/>

noites do evento acontecia uma festa ou chamada cultural. Cada dia da semana era um tema diferente. Nosso quarto era muito unido e combinamos de nos preparar para a festa juntos e irmos todos juntos. Nessa ocasião, experimentei usar saia, top, maquiagem e foi uma sensação de liberdade que há tempos eu não experimentava.

Em algum momento, numa roda de conversa que fizemos no quarto, pude relatar o quanto era importante, para mim, ter vivido aquele evento com aquelas pessoas que me possibilitaram ser quem eu realmente gostaria de ter sido. Contei o quanto a homofobia na escola me fez entrar no armário e reproduzir padrões heteronormativos, mas ter vivido o ENEP foi poder abrir mais uma caixa da minha vida para o mundo.

Finalizei o curso de Psicologia em julho de 2018 e já havia submetido um projeto para o programa de pós-graduação da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) para o Mestrado. Em seguida, fui efetivado no meu primeiro emprego na Assistência Social em uma entidade na cidade de Sumaré que atende crianças, adolescentes e idosos em vulnerabilidade social. Trabalhei nesta instituição por dois anos, diretamente com adolescentes.

Fui aprovado no mestrado. Iniciei meus estudos em uma das maiores universidades do país com um projeto sobre masculinidades negras e construção de identidades em adolescentes negros. Uma emoção muito grande tomou conta de mim e eu queria terminar todo o processo dentro do prazo. Então me dediquei para cumprir todos os créditos exigidos no curso em 2019. O esforço foi tão grande que finalizei o ano doente. Tive uma crise forte de ansiedade e no trabalho não fui bem acolhido, a coordenadora me olhou e disse: “Não sei o que acontece com esses psicólogos de hoje, você estudou para cuidar das pessoas, não para ficar assim” (*sic*). Nessa hora, a única coisa que me restou foi chorar, ser forte mais uma vez e só consegui pedir desculpas.

Depois disso, pedi demissão desse trabalho e fiquei uns meses em casa até que, no início de 2020, fui trabalhar em outra instituição com adolescentes que cometeram atos infracionais. Essa foi uma das minhas melhores experiências profissionais. Eu aprendi muito com os profissionais com quem tive contato, mas muito mais com os meninos e meninas que atendi. Esses adolescentes e jovens, em sua maioria meninos negros, me inspiraram muito a não desistir do meu projeto de mestrado.

Sabemos como o racismo institucional opera dentro dos espaços, principalmente os espaços de poder. Estar nessa instituição me fez compreender como era o tratamento com os adolescentes que chegavam, em sua maioria negros.

O conceito de racismo institucional foi um avanço no que se refere ao estudo das relações raciais, por demonstrar que o racismo vai além da ação individual, pois envolve a dimensão do poder como elemento constitutivo das relações raciais.

[...] não somente o poder de um indivíduo de uma raça sobre a outra, mas de um grupo sobre o outro, algo possível quando há o controle direto ou indireto de determinados grupos sobre o aparato institucional (Almeida, 2019, p. 31).

Para conceituar o racismo institucional, Almeida (2019) explica o que são as instituições e as define como: “modos de orientação, rotinização e coordenação dos comportamentos que tanto orientam a ação social como a tornam normalmente possível, proporcionando relativa estabilidade aos sistemas sociais” (p. 26).

Mas logo veio a pandemia e o afastamento social. Morando sozinho, talvez 2020 tenha sido um ano absurdamente difícil. Trabalhei praticamente um ano inteiro em *home office*. O desafio era me vincular aos adolescentes e à instituição, o que só foi possível porque todas as partes estavam dispostas.

Em agosto de 2021, recebi uma proposta para trabalhar em um projeto chamado Novo Amanhecer, na cidade de Campinas. A ideia do projeto era de criar metodologias por meio de jogos que pudessem preparar profissionais da assistência social na prevenção da violência contra crianças, adolescentes e idosos. Após um ano, o projeto terminou e fiquei quatro meses aguardando a renovação do meu contrato, mas nesse meio tempo, recebi uma proposta que mudou completamente os rumos da minha vida.

Atualmente, estou morando e trabalhando na cidade de São Paulo, no ateliescola acaia, que tem uma proposta de trabalho inclusiva e libertadora que me agrada e traz sentido para mim. Nessa escola, trabalho diretamente com os adolescentes do ensino fundamental II e dentre as atividades que desenvolvo semanalmente uma delas é o coletivo de masculinidades “JAO” - Jovens Adolescentes e Orientações. O grupo tem como objetivo discutir masculinidades com os meninos do oitavo e nono ano para contribuir com a diminuição da violência de gênero na escola e na sociedade.

O tema das masculinidades negras está cada vez mais em voga dentro dos debates nacionais e internacionais. Ele tem se configurado constantemente nos

debates que compõem raça e gênero, adquirindo assim um espaço importante nos modelos de ser e agir que atravessam as expectativas de homens e mulheres negras. (Custódio, 2019).

Os autores Pereira, Santos e Silva (2019) dizem que, ao longo da história, observamos que a ideia de família está marcada pela noção de raça, gênero, sexualidade, classe e idade, que fixa um modelo de família tradicional para assegurar várias questões, como a transmissão do patrimônio.

Estes autores explicam que a formação social do homem dá a ele o poder de incidir na construção das culturas de gênero e das questões das masculinidades hegemônicas. Custódio (2019) elucida que a:

“Masculinidade hegemônica tem uma história dentro do debate da masculinidade, explica que o termo é utilizado para localizar um padrão de práticas estéticas e éticas de masculinidade hierárquica dentro de um conjunto de identidades e interação entre homens e mulheres, inseridos numa lógica ética do patriarcado (p.132).”

O autor enfatiza que somente o conceito de masculinidade hegemônica não consegue dar conta dos processos de leitura e reprodução por homens não hegemônicos ou subalternizados. Logo, a discussão das masculinidades negras precisa partir desse “não lugar”, o que o próprio autor chama de “perverter”, que significa *lugar inadequado*, depositado fora do lugar (Custódio *apud* Montenegro, 2011).

Compreendemos, a partir dessa noção, que a masculinidade do homem negro exercida a partir da lógica hegemônica é patriarcal, racial, sexual, cultural e socioeconomicamente pautada sob a ótica do homem branco heterossexual.

Esse projeto chegou numa hora muito importante do meu mestrado, que é esse último ano. Relatarei adiante uma das experiências mais lindas que tive na escola.

Depois de um longo ano trabalhando com os meninos e meninas sobre respeito, machismo e seus efeitos, tentando fazer com que no ambiente escolar eles pudessem conviver da forma mais respeitosa possível, toda semana tínhamos que fazer uma mediação de conflitos entre meninas e meninos e, principalmente, tentar diminuir a rivalidade feminina que ocorria entre elas. Acontece que na nossa última semana de aula do ano, durante uma atividade de educação física, algumas meninas que faziam parte do coletivo sentiram-se desrespeitadas pelos meninos,

foram até a sala de aula e escreveram na lousa todas as frases machistas que ouviam deles, as ameaças, frases da luta feminista e um “BASTA!”.

Soligo (2022) aponta que as várias formas de violência extrema contra meninas e mulheres estão repletas de falta de respeito com seus corpos e desejos, objetificação, desumanização e crueldade: “Essa é a marca da violência. Não raro nos deparamos com corpos mutilados, humanidades destruídas” (Soligo, 2022, p. 68).

Segundo a autora, a violência também tem se revelado nas palavras. Nos últimos anos, os conflitos têm aparecido por meio de expressões machistas, misóginas e racistas.

Na escola, naquele dia, a educadora que acompanhava as meninas no momento nos chamou para ver a reivindicação, então reunimos na sala todos os meninos e meninas e elas foram dizendo o quanto estavam cansadas de serem violentadas; logo, foram apontando quem eram os meninos. Pedimos para os que foram citados ficarem na sala e o restante, meninas e meninos, voltarem ao intervalo.

Neste dia, a conversa com os meninos durou quase duas horas. Além de chamarmos a atenção para o que eles estavam fazendo, foi a oportunidade de saber quais eram os modelos masculinos que aqueles adolescentes tinham e, a partir daí, fazer uma intervenção. Teve choro, teve pedido de desculpas, teve quem não deu conta do debate, mas todos saíram com a proposta de pedir desculpas para as meninas no dia seguinte. O *Guinho*⁵ e eu ficamos responsáveis por mediar a conversa do dia seguinte e falarmos com a direção da escola.

Para Soligo (2022), no campo da educação, homens e mulheres passam por distintos e complementares processos de socialização: aos homens ensina-se como dar vazão à sua agressividade, competitividade e sua “natureza” empreendedora, além da repressão dos afetos e das emoções; para as meninas, ensina-se sobre docilidade, delicadeza, servilismo e a sedução sutil, mas não para todas as meninas, apenas para as meninas brancas, lembrando que de meninas e mulheres negras se espera força, resistência e um corpo que aguente dor e a dureza do trabalho pesado.

⁵ Guinho é o apelido dado ao professor de Artes da escola chamado Thiago da Silva Nascimento.

No dia combinado, reunimos todo o fundamental II da escola no auditório e um grande debate sobre o machismo encabeçado pelas adolescentes aconteceu com mediação das psicólogas, professoras, professores e por mim. Pude ali presenciar a potência de um trabalho bem elaborado para que meninas e meninos possam exercer seus direitos e deveres. Nesse dia, tive a certeza de que minha missão é trabalhar com adolescentes para que essa fase seja também uma fase de grandes descobertas, que não seja tão difícil e que seja segura para os meninos e meninas que eu acompanho.

Posso afirmar que essa forma de atuar — que visa não apenas aparar arestas e lidar com conflitos e violências pontuais, mas criar espaços de enfrentamento coletivo dos conflitos, desnaturalizar preconceitos e promover aprendizagens para todo o coletivo — está amparada e em consonância com os delineamentos propostos pelo CFP - Conselho Federal de Psicologia, ABRAPEE - Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional, ABEP - Associação Brasileira de Ensino em Psicologia, FENAPSI - Federação Nacional dos Psicólogos, CFESS - Conselho Federal de Serviço Social e ABEPSS - Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social para cumprimento da Lei 13.935⁶.

Quero ressaltar que durante todos esses anos de mestrado tive muita vontade de desistir. Acreditei muitas vezes que eu não seria capaz de concluir algo tão grandioso. Por um ano precisei me afastar da pesquisa, desenvolvi alguns problemas de saúde, me afastei de amigos, família e também me joguei no mundo, mas retomei, ressurgi e aqui estou. A escolha de um projeto que envolve música veio depois de uma conversa com a minha orientadora, Ângela, em que afirmei que o samba me salvou. Foram as idas ao samba no Pagode que me mantiveram vivo para querer chegar até aqui.

Outra motivação, que vem da experiência recente do trabalho com os alunos do fundamental da escola acaia, é identificar para além do espaço escolar elementos da cultura que constituem e estão na base dos preconceitos racial e de gênero, reproduzidos pelos alunos e levados ao espaço escolar. A escolha, no caso, foi a música, em particular o Samba, o Funk e o Sertanejo, que são expressões musicais que hoje chegam com força aos grupos jovens.

⁶ Disponível em: <<https://site.cfp.org.br/publicacao/psicologasos-e-assistentes-sociais-na-rede-publica-de-educacao-basica-orientacoes-para-regulamentacao-da-lei-13-935-de-2019/>>. Acesso em: 26/07/2023.

Considerando que a cultura inclui a arte em suas distintas manifestações, e que esta é também estruturada a partir do racismo, recordamos que no Brasil as relações raciais são marcadas pelo mito da democracia racial. Gilberto Freyre (1933), citado por Soligo, Ribeiro e Jango (2017), em sua obra “Casa Grande e Senzala”, explica a composição da sociedade brasileira a partir do processo de miscigenação, em que descrevia a relação harmoniosa entre senhores e escravos no período colonial.

Em sua obra, o autor descreve qual o modelo de relação que os homens tinham com as mulheres da época: “[...] negra para foder, mulata para trabalhar e as brancas para casar” (Freyre, 1933, p. 75). Esse pensamento, embora paradoxal, produziu a ilusão de uma cultura cordial brasileira, afirmam as autoras Soligo, Ribeiro e Jango (2017).

Essa relação de poder que os homens brancos tinham sobre as mulheres, especialmente as mulheres negras, minimiza o fato de que no período escravagista a relação sempre foi violenta e desigual e que a miscigenação não nascia de uma relação consensual e sim de posse e estupro (Soligo; Ribeiro e Jango, 2017).

Munanga (2014) explica que o mito da democracia racial no Brasil atrapalhou por muito tempo o debate sobre as políticas de ações afirmativas e, paralelamente, o mito do sincretismo cultural ou da cultura mestiça também contribuiu para a demora na discussão sobre a implementação do multiculturalismo no sistema de educação nacional.

Assim, o mito da democracia racial contribui para a ideia de meritocracia e a mantém, culpabilizando a vítima pelo seu próprio fracasso. Para Almeida (2019): “A negação do racismo e a ideologia da democracia racial sustentam-se pelo discurso da meritocracia. Se não há racismo, a culpa pela própria condição é das pessoas negras que, eventualmente, não fizeram tudo que estava a seu alcance” (p. 51).

Explica ainda:

Em um país desigual como o Brasil, a meritocracia avaliza a desigualdade, a miséria e a violência, pois dificulta a tomada de posições políticas efetivas contra a discriminação racial, especialmente por parte do poder estatal. No contexto brasileiro, o discurso da meritocracia é altamente racista, uma vez que promove a conformação ideológica dos indivíduos à desigualdade racial (Almeida, 2019, p. 52).

Uma frase que representa o pensamento da maioria dos jovens negros brasileiros que estão sempre em estado de alerta para enfrentar as microagressões

racistas cotidianas é essa: “Desde cedo, aprendemos que temos que ser duas vezes melhores” (Albino, 2019, p. 214).

Pensando que a representação social dos meninos e homens negros também perpassa a produção cultural, é possível que esses indivíduos incorporem em seus comportamentos os estereótipos que são criados socialmente. Feitosa (2012), partindo da teoria das representações sociais de Moscovici (2003), entende que as representações estão ligadas às formas de comunicar e compreender uma realidade e o senso comum. A autora afirma que:

Toda representação é composta de figuras e expressões socializadas. Conjuntamente, uma representação social é, portanto, a organização da imagem e linguagem, porque ela realça e simboliza atos e situações que nos são e nos tornam comuns (Feitosa, 2012, p. 57).

A letra da música “A Vida é Desafio”, do grupo de rap Racionais MC's (2002), expressa com propriedade a visão de jovens negros, como nos versos:

Desde cedo a mãe da gente fala assim: filho, por você ser preto, você tem que ser duas vezes melhor. Aí passado alguns anos eu pensei: como fazer duas vezes melhor, se você está pelo menos cem vezes atrasado [...].

Essa frase representa muito bem como o pensamento meritocrático é racista, excludente e se instala nas identidades brancas e negras.

Mas o que será que nossos jovens — e isso inclui brancos e negros — têm ouvido atualmente? Para responder a esta questão, buscamos através do *Google* informações sobre os estilos musicais mais ouvidos no país e, em cada um deles, encontramos as listas chamadas “Top 10”, a partir das quais selecionamos as músicas que serão analisadas.

Outros pesquisadores têm se dedicado à análise de letras de música como expressões da cultura e das identidades, como fez Osmundo Pinho (2017) em sua pesquisa “Botando Base: corpo racializado e performance da masculinidade no pagode baiano”. Nela, o autor descreve a influência do ritmo musical no comportamento e na construção da identidade dos jovens das periferias e favelas baianas, além das performances da masculinidade que estes incorporam em suas danças e brincadeiras.

Partimos, então, do seguinte objetivo: analisar representações sociais de masculinidade em letras de músicas brasileiras, buscando identificar elementos que apontam para as representações das masculinidades negras.

Este objetivo desdobra-se em:

- A. Identificar, por meio dos estilos musicais Sertanejo, Funk e Samba/Pagode, representações sociais sobre masculinidade.
- B. No conjunto de representações sociais analisadas, identificar as que de alguma forma relacionam-se às representações de homens negros.
- C. Refletir sobre como a música sertaneja, o Funk e o Samba/Pagode podem estabelecer padrões de comportamentos machistas nos meninos e jovens negros e não negros.

Com esses propósitos, esperamos contribuir para o debate em torno das masculinidades, especialmente de meninos e jovens negros, e das representações sociais a partir da ótica de gênero e raça, bem como para a construção de uma educação antirracista e antimachista.

3. O CAMINHO

Esta é uma pesquisa exploratória qualitativa com análise documental. Ao tratar do conceito de documento, Scott afirma que:

O documento no seu sentido mais geral é um texto escrito. Escrever é a produção de símbolos representando palavras e envolve a utilização de lápis ou caneta, máquina de escrever ou outra ferramenta para inscrever a mensagem em papel, pergaminho ou outro material [...] Do mesmo modo, a invenção dos meios magnéticos e eletrônicos de armazenar e exibir textos deveria nos encorajar a considerar os “arquivos” e “documentos” contidos nos computadores e editores de texto como documentos verdadeiros. Portanto, desse ponto de vista, os documentos podem ser considerados como textos fisicamente corpóreos, onde o conteúdo é o propósito primário do meio físico (Scott, 1990, *apud* May, 2004, p. 208-209).

O aporte qualitativo exploratório permite descrever e analisar dados, neste caso conteúdos de letras de música, de forma aprofundada a partir de uma perspectiva que permita a produção de inferências e generalizações, porém sem a pretensão de validação quantitativa.

Vários estudos sobre as relações raciais e de gênero a partir da teoria das representações sociais trazem um arcabouço teórico e acadêmico que ajudam a embasar este trabalho. Em sua tese de doutorado, Ângela Soligo (2014) tratou das representações sociais sobre o homem e a mulher negra a partir de adjetivos e contextos a eles atribuídos, identificando a presença do racismo na ambiguidade

entre os adjetivos e os contextos a eles relacionados, criando o conceito de gueto simbólico para descrever o modo como são representados socialmente homens e mulheres negros/as.

Caroline Jango partiu da teoria das representações raciais para estudar como crianças negras identificam-se na escola e como representam o espaço escolar. As crianças revelaram representações sociais da escola como espaço de vivência do racismo, da violência e da omissão da escola (Jango, 2017).

Já Airton Pereira Junior (2022), em um estudo documental que tomou como base os Projetos Político-Pedagógicos de creches público-privadas, encontrou representações sociais de África e africanidades que revelam perspectivas racistas, desconhecimento e negação dos elementos e contribuições das africanidades na cultura brasileira.

Tatiana Gomez Espinha (2017) estudou Projetos Político-Pedagógicos e ementas de algumas disciplinas de Cursos de Graduação em Psicologia, em âmbito nacional, buscando identificar nesses projetos a presença/adesão à temática racial na formação em Psicologia, tendo como suporte teórico-metodológico a Teoria das Representações Sociais. A pesquisadora encontrou pouca ou nenhuma presença da temática racial nos cursos que compuseram a amostra. Em geral, foram encontradas apenas vagas referentes aos direitos humanos, que reproduzem o texto das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para os cursos de graduação em Psicologia.

Ronaldo Alexandrino, em seu livro “A suposta homossexualidade” (2021), descreve uma pioneira pesquisa/intervenção de formação docente pautada na discussão de gênero e sexualidade. Por meio desse estudo, o autor pôde discutir e compreender as representações sociais de professoras/es sobre sexualidade e homossexualidade, seus preconceitos, e trabalhar com eles/as a partir de ferramentas de reflexão, análise e autorreflexão.

Esses e outros estudos do meu grupo de pesquisa — o DIS - Diferenças e Subjetividades em Educação: estudos surdos, do racismo, gênero e infância — revelam a potência das representações sociais como ferramenta teórico-prática no estudo de relações de gênero e raça, assim como a necessidade de aportes e estratégias metodológicas inovadoras e sofisticadas.

Para este estudo, escolhemos três estilos de música brasileira: Sertanejo, Funk e Samba/Pagode, a partir de listas “Top 10” encontradas no *Google*. Dessa maneira, dez músicas de cada estilo foram selecionadas, entre as mais tocadas,

levando também em conta as possibilidades de identificação dos elementos que apontam para representações de masculinidades.

A escolha desses três estilos justifica-se por sua grande popularidade na cultura brasileira, que atinge várias gerações e segmentos do tecido social, portanto constituem o universo cultural de jovens brancos e negros.

O quadro abaixo apresenta as músicas escolhidas:

Quadro 1 - Músicas escolhidas para análise nos estilos Sertanejo, Samba/Pagode e Funk

SERTANEJO	SAMBA/PAGODE	FUNK
• Vidinha de Balada – Henrique e Juliano • Homem de Família – Gustavo Lima • A mala é falsa – Felipe Araújo • Dar uma namorada – Israel e Rodolfo • Chá de casa nova – Henrique e Juliano • Briga feia – Henrique e Juliano • Bom Rapaz – Fernando e Sorocaba • Seu Doutor - Luan Santana • Vingança – Luan Santana • Sosseguei – Jorge e Matheus	• Porre – Dilsinho • Refém – Dilsinho • E agora – Sorriso Maroto • Baby me atende – Dilsinho e Matheus Fernandes • Beco sem Saída – Negritude Júnior • Aventureiro – Revelação • Mulher não manda em Homem – Revelação • Deixa em off – Turma do Pagode • Não pedi pra me apaixonar – Turma do pagode • Depois do Prazer – Só pra Contrariar	• Pernoite – MC Paiva ZS, MC Ryan SP, Mc Kelvino, Love Funk • Tubarão Te Amo – DJ LK da Escócia, Tchakabum, MC Ryan SP, MC Jhenny, MC RF • Casei Com a Putaria – MC Paiva ZS, MC Ryan SP, DJ Kotim • Ai Preto – L7NNON, DJ Biel do Furduncinho e Bianca • Mega Do Timbaland – Selton Dj • Maldita Perigosa – Dj Vilão, MC Scar • Baile no Morro – MC Tairon, MC Vitin Da Igrejinha, DJ Win • Pras Novinha – MC Livinho, DJ LK da Escócia, DJ Breno, DJ Pedrin • Privilégio – MC Luan da BS, Mc Vitin do LJ, Mc Marley • Bruna, Tu Já Parou Pra Pensar – Niack

Realizamos vários exercícios de análise das letras das músicas utilizando a estratégia de análise temática, segundo o modelo proposto por Bardin (1988), que consiste na leitura flutuante para apreensão inicial do contexto, seguida de leitura acurada, que identifica conjuntos de ideias — temas — que se agrupam por similaridade e abarcam categorias relacionadas. A análise foi efetuada a partir de temas emergentes, identificados na leitura inicial flutuante. A partir dos exercícios de análise e considerando os propósitos da pesquisa, optamos por organizar a investigação em dois grandes eixos: o homem e a mulher, que encerram as representações sociais do masculino e, em oposição e relação, as representações do feminino.

Na perspectiva de Bardin e em conformidade com a teoria das representações sociais, a compreensão de textos escritos passa por desvelar os conteúdos presentes — as representações sociais — para além do aparente e identificar no que é dito e expresso aquilo que não é dito, ou seja, o que subjaz e revela os elementos representacionais. Assim, não somente identificamos as representações de masculinidade presentes nas letras das canções, como também os silêncios, as ausências, as masculinidades não ditas e não reveladas, apagadas. Menin (2006) chama essas ausências de zona muda das representações sociais, que define como:

Espaços de representações que embora sejam comuns a um determinado grupo e nele partilhadas, não se revelam facilmente nos discursos diários e, ainda mais, nos questionários de investigação, pois são consideradas como não adequadas em relação às normas sociais vigentes. Os estereótipos negativos e os preconceitos incluem-se nesta categoria [...] (p. 43).

Esses elementos vinculam-se às formas como o senso comum constrói e elabora as visões de mundo, de realidade, de sujeitos, coisas e acontecimentos que circulam na cultura e nos processos de comunicação. Estão presentes na música, nas artes em geral, nas mídias, nas conversações e se revelam no modo como jovens do sexo masculino expressam suas subjetividades, plenas de sim e de não, e se relacionam — entre si e com as meninas.

O que encontramos nesse caminho - as representações das masculinidades

A partir das leituras das letras das músicas, escolhi separar dois grupos para análise, homem e mulher, por compreender que as masculinidades também se formam a partir do olhar para o feminino.

Quadro 2 - Categorias temáticas presentes no gênero musical sertanejo

Título da música	Imagem do homem	Imagem da Mulher
Seu Doutor	Virilidade; Dar conta	Mente; Usa o homem; Finge; Ama outro
Vidinha de Balada	Afetuosos; Impõe; Protege; Domina; Julga;	
Homem de Família	Muda a conduta	Sedutora
Dar uma Namorada	Padrão Masculino; Ameaças; Imposição; Desconfiança	
Chá de Casa Nova	Desconfiança; Ameaça; Ressentimento	
A mala é falsa	“Caindo fora”; Abandono; Falsidade; Mentira	Descuidada; Serve; “Mata a sede” de sexo do homem
Briga Feia	“Cabeça no lugar”; Violento; Não se responsabiliza	Raiva; Não pede desculpas; Confusa
Bom Rapaz	Bom	“Joia”; Machucada; Rara
Vingança	Vagabundo; “Pega todo mundo”; Sem paciência	Menina
Sosseguei	“Vira a noite”; Bebe muito; Mudança de conduta	

No estilo musical do sertanejo, encontramos representações sociais de homem associadas à virilidade, dominação, ressentimento, falsidade, imposição,

violência, relação com a bebida alcoólica em excesso e, de modo menos marcante, aparece o afeto e a bondade. O homem representado nas letras lembra o homem branco e as expressões de uma masculinidade hegemônica patriarcal como a apresentada por Custódio (2019). Ele explica que o uso do termo localiza um: “Padrão de práticas e éticas de masculinidade hierárquica dentro de um conjunto de identidade e interações entre homens e mulheres, inseridos em uma lógica ética do patriarcado” (p. 132).

Quando lemos esse trecho da música “Briga feia”:

“A briga foi feia
Teve dedo na cara
Teve voz alterada
Teve tudo que tem em uma discussão
Mas eu não, eu não 'tava terminando não”

A postura do homem é de não se responsabilizar e, ainda, culpabilizar a mulher pelo fim do relacionamento. Na discussão, coloca dedo na cara e essa postura o situa numa posição hierárquica de poder e dominação. Mesmo que a briga seja feia, para esse homem tudo bem continuar assim, porque esse é o padrão que se espera de sua masculinidade. Na relação, este é seu papel e não lhe traz desconforto impor e coagir. Como nos alerta Soligo (2022), são muitas as violências que os homens operam sobre os corpos e subjetividades das mulheres.

Portanto, as letras referem-se a qual homem? Parece-me que a masculinidade apresentada é o padrão do patriarcalismo, que expressa dominação e força.

Para Restier (2019), a lógica do colonialismo evidencia que a virilidade do homem branco era considerada o modelo dominador; assim, a vitória sexual sobre a mulher do outro é uma forma não só de degradação dela, como uma forma de desvirilizar os homens não brancos. Esse modo de representação do masculino expressado no Sertanejo representa não somente homens brancos, mas os homens heterossexuais.

A mulher cantada neste ritmo é descrita como a mulher que mente, serve, é sedutora, confusa, mas também uma mulher “joia rara”, que é menina e está sempre a servir os desejos sexuais do homem — ou que não corresponde às suas expectativas da masculinidade.

Quadro 3 - Categorias temáticas presentes no gênero musical Samba e Pagode

Título da música	Imagem do homem	Imagem da mulher
Porre	Desconfiança; Autossabotagem; Rivalidade; Mudança de conduta	
Refém	Mudança de conduta; Traidor	Sedutora; Agride; Arranha; Bate; Amante; Chantagista
E Agora?	Mudança de conduta; Autovalorização	Usa o homem
Baby me Atende	Ansioso; Sofre	Abandona
Beco Sem Saída	Educado; Masculinidade questionada; Comportamento masculino: mil mulheres; Desonesto; Vagabundo	
Aventureiro	Aventureiro; Medo de sofrer; Desiste; Sem compromisso; Fé	Compromissada
Mulher não manda em Homem	Sem responsabilidade; Machista; Feito para o botequim; Aborrecido	Chata; Feita para o tanque; Faladeira
Deixa em Off	Esconde; Proibido; Longe do mundo; Foge.	
Separação	Não é ninguém; Compreensivo; Humilha de paixão; Dramático	Indiferente; Sem amor

Depois do Prazer

Trai; Se arrepende; Mente; Solitário

Dentre as letras das músicas de Samba e Pagode analisadas, percebe-se que a representação social do homem descrito revela uma dicotomia: por um lado, um homem vagabundo, desonesto, traidor e com comportamentos machistas; por outro, um homem que se arrepende, que tem medo, expressa a fé, é compreensivo, se autovaloriza, dramático, se humilha de paixão e tem a masculinidade questionada. Aqui, encontramos, portanto, um homem que se apresenta como contradição, capaz de refletir sobre suas condutas ou ao menos sentir culpa. Essa representação dicotômica pode sugerir uma luta interna entre performar uma masculinidade hegemônica e, ao mesmo tempo, tentar algo que foge disso. Custódio (2019) nos lembra sobre o “não lugar”, quando essa perspectiva da masculinidade hegemônica não: “Dá conta dos processos de leitura e reprodução por homens não hegemônicos ou subalternizados, o que ele chama de ‘perverter’, quer dizer, lugar inadequado, depositado fora do lugar” (p.132). Como citei, na minha compreensão teórica essa masculinidade exercida a partir da lógica hegemônica é patriarcal, racial, sexual, cultural e socioeconomicamente pautada sob a ótica do homem branco heterossexual. Mas, ao se dirigir aos homens do Samba/Pagode — histórica e culturalmente associados à negritude — essa dicotomia acaba sendo reproduzida.

As letras que podem expressar essa dicotomia no comportamento dos homens no Pagode são, por exemplo, das músicas “Mulher não manda em homem” e “Separação”.

Mulher não manda em Homem

“Com tanta roupa suja em casa
Você vive atrás de mim
Mulher foi feita para o tanque
E homem para o botequim”

Separação

“Mas vá embora
Antes que a dor machuque mais meu
coração
Antes que eu morra me humilhando de
paixão
Que me ajoelhe te implorando pra ficar
comigo”

Já a mulher representada nesse estilo musical não difere muito da mulher que aparece nos outros ritmos musicais. Aqui, é cantada a mulher sedutora, amante, chantagista, que bate e abandona, a mulher feita para o tanque e que fala demais.

Ao mesmo passo em que este homem se apresenta dicotomizado, oscilando

entre a reprodução machista, a dor e a culpa, a mulher segue sendo vista de forma padronizada, oscilando entre o desprezo e o temor da perda.

Quadro 4 - Categorias temáticas presentes no gênero musical Funk

Título da música	Imagem do homem	Imagem da mulher
Pernoite	Ostentação; Compra o que quiser, até mulheres	Comida; Estressada
Tubarão Te Amo	Tubarão; Não se apega; Trem bala; Rei da Revoadada	Apaixonada; Safada; Que senta
Casei com a putaria	Não dá certo no amor; Cachorro; Gosta da pernoitada	Novinha
Ai Preto	Questionador; Preto; Drogado; Sigiloso	Interesseira
Maldita Perigosa	Vilão; Puto; Cafajeste	Perigosa; Mente; Maldosa; Senta; Bandida
Baile do Morro	Perdido; Mudança de conduta; Coração gelado	Se Joga; Interesseira; Decidida
Pras Novinha	Manda	Danadinha; Bem louca; Dança; Rebola
Privilégio	Que admira; Deseja	Gostosa; Sabe o que quer; Bebe
Bruna, tu já parou pra pensar	Conduz; Vacilão	Bruna; Não entrega o coração; Dança; Não se controla; Potranca (cavalo)

A análise do homem cantado no Funk constata que este é o único ritmo que faz referência ao homem preto, cuja descrição é de um homem que pode ter tudo, que ostenta riqueza, poder, se diz rei, mas carrega uma série de características negativas sobre si, tais como: drogado, sigiloso, vilão, “puto”, cafajeste, “vacilão” e mandão. O homem descrito aqui performa uma masculinidade hegemônica apesar de ser um homem preto. Segundo Custódio (2019), quando falamos de homens negros que estão performando uma masculinidade patriarcal, não se trata de uma universalização de um padrão ou ignorar a existência desses homens, que são sujeitos históricos e tentam construir outras perspectivas para experienciar suas vidas. O autor explica que esses padrões de masculinidades estão sujeitos a negociações e ao contexto histórico em que esses homens estão inseridos. Desse modo, devemos refletir sobre uma norma estrutural que exerce a função da experiência vivida, fazendo com que homens e mulheres normalizem práticas e visões de mundo sem questionar o sentido delas: “Tampouco entendendo a origem de suas narrativas de sofrimento e realização” (Custódio, 2019 p.134).

Vejamos um trecho da Música “Pernoite”, que retrata uma parte desse homem com poder que o dinheiro possibilita. A partir da análise conseguimos compreender o lugar que ele ocupa ou quer ocupar:

“E se não tem felicidade, calma, eu vou comprar
A vida é curta e muito bela pra economizar
Viagem de cruzeiro e corrida de Nascar
Na minha usina de dinheiro é bilhões de KK”

Com essa visão, Custódio (2019) explica que falar de masculinidades negras é também falar sobre a teoria dos sujeitos.

“Um Sujeito que, na perspectiva de uma teoria de sujeição, está no “entre”; mas é um “entre” que não é um lugar algum, ou pelo menos, um lugar onde de uma ponta a outra, que se supõe que carrega o “entre”, não há uma das pontas estabelecidas. Essa ponta que falta, a lacuna, é o poder. Mas não o poder pelo poder, ou a questão que situa esse sujeito em um lugar de disputa, e sim o poder como constituinte de seu ser. Falta-o portanto, humanidade, status de indivíduo” (Cf. Mbembe, 2016; Butler, 2015, 2016 apud Custódio, 2019, p.135).

A análise sobre a mulher descrita nas letras desse ritmo coincide com a mulher cantada no Sertanejo, no Samba e no Pagode. Sua representação aparece como a perigosa, interesseira, bandida, safada, a mulher do sexo, que mente e senta, a louca. Esses adjetivos atribuídos aqui assemelham-se aos que os homens pensam e falam para as mulheres ou das mulheres nos relacionamentos cotidianos.

No conjunto das representações sobre a mulher contida em todos os estilos estudados, portanto, podemos dizer que o que se revela é a nostalgia de um padrão de mulher submissa e dedicada ao lar e à família. Ela é apagada, sabotada, desvalorizada (Prado, 2022) é a condenação da mulher concreta contemporânea, diversa, que trabalha, toma decisões, questiona, luta e também a mulher sexualizada, livre, que se diverte, ama ou não, que não aceita a submissão e a violência.

Essa mulher é fruto dos processos de industrialização dos séculos XIX e XX e das guerras mundiais, que levaram as mulheres aos postos de trabalho, é fruto dos movimentos feministas e seu aperfeiçoamento a partir do feminismo negro, de maior acesso à informação e níveis educacionais. Essa mulher diversa, que se afasta do padrão imposto pelo patriarcado, é ao mesmo tempo desejada e desprezada, pois não se submete aos desejos do homem hegemônico.

Não foi e não é sem custo o processo de emancipação das mulheres, o que denota a força do patriarcalismo e do machismo. Os índices de feminicídio no país crescem assustadoramente, assim como as violências sexuais e abusos contra meninas e mulheres — e, de modo extremo, contra mulheres negras e mulheres trans (Soligo, 2022).

É esse machismo inconformado e violento que se revela nas canções que estudamos:

Maldita Perigosa - Funk	Refém (Pagode)	A mala é falsa (Sertanejo)
“Maldita, perigosa	E no final de tudo	“A mala é falsa
A cara de anjo e a	sou eu quem apanha	amor
mente maldosa	Inventando sempre	Engole o choro,
Maldosa, gostosa	uma desculpa estranha	embora eu não vou
Vai sentar com	pra disfarçar as	Agora vê se
força com essa raba	marcas desse nosso amor	aprende a dar valor
cabulosa”	Para, por favor”	Mata a minha sede
		de fazer amor”

Assim, a afirmação do masculino nas letras das músicas dos três estilos, ao refutar essa mulher, reforça os padrões da masculinidade hegemônica. Percebe-se que os homens que se apresentam são representações sociais do masculino que vemos no dia a dia expresso de várias formas. Diante da análise no Sertanejo, é possível conhecer um homem que não possui contradições na sua performance, ele é e ponto. Tal homem encontra-se na maior parte das vezes nos espaços culturais, nas rodas de conversa, na relação com os que admiram e consomem esse estilo de produção musical. Vejamos que me refiro a uma representação de homem branco,

heterossexual e dominador. Já os homens que aparecem nos outros dois ritmos, Samba/Pagode e Funk, são homens que apresentam suas contradições na tentativa de performar suas masculinidades carregadas de símbolos do patriarcado e do racismo, mesmo sendo apenas no Funk que este homem explicita sua negritude.

Para Fanon (2008), existe um espaço que é árido e estéril denominado por ele como “zona de não ser”, um lugar despojado onde um ressurgimento pode acontecer. Ele explica que os negros, em sua maioria, não desfrutam da possibilidade de encontro com esse lugar. Para ele, o homem é um SIM que vibra em consonância com harmonias cósmicas, é confuso, disperso, desenraizado e fadado a ver se desfazerem as verdades que elaborou e projetou no mundo.

O autor explica que o negro é um homem negro, isto é, por uma série de extravagâncias afetivas ele se configurou num lugar do qual será preciso retirá-lo: “O problema é muito importante. Pretendemos, nada mais nada menos, liberar o homem de cor de si próprio. Avançaremos lentamente, pois existem dois campos: o branco e o negro” (Fanon, 2008, p. 26).

Assim, a branquitude produz em seu imaginário um homem negro idealizado (animalizado, simplificado), que irá produzir as coisas que os brancos consomem, mas que o homem negro idealizado não consumirá. Pinho (2017) alerta para este movimento ao apontar que: “A procura pelo ‘real nigga’ seria dessa forma uma réplica racializada, na literatura sociológica, de uma imago produzida na superfície racista do mercado de cultura, que explora a imagem do negro, mas é dominada por homens brancos” (p. 43). Isso quer dizer que quando o homem negro não corresponde a essa imagem idealizada, o campo sociológico o joga para a violência, para o lado periférico.

A forma como a sociedade brasileira se estrutura, de modo supremacista branco, causa em pessoas negras a sensação de não se sentirem “humanas” e a aproximação com a brancura faz com que se percebam mais próximas dessa humanidade, assim como afirma Veiga (2019): “A racionalização branca produziu um senso de humanidade à sua imagem e semelhança, ou seja, quanto mais próximo da brancura mais reconhecido como humano se é, quanto mais próximo da negritude menos humano se é” (p. 80). Será que por conta disso o Funk se torna um ritmo menos popular em lugares não periféricos? E a busca do homem negro pela sua humanidade passa por uma internalização da masculinidade branca? Este autor responderá sim à segunda pergunta, afirmando:

“A Internalização da masculinidade branca pelos homens negros como tentativa de ser reconhecido como pessoa, como homem, como digno de valor, comparece por vezes, em comportamentos violentos para aqueles do seu povo que questionam e se deslocam desse padrão heteronormativo”. (VEIGA, 2019, P. 82)

Os homens representados reproduzindo o padrão de masculinidade heteronormativo e que aparecem em busca dessa humanidade descrita por Veiga são homens negros heterossexuais, enquanto as “bixas pretas” permanecem invisíveis nas letras dessas músicas e muitas vezes nos debates.

No campo das representações sociais, quando esses sujeitos não aparecem representados nas letras de músicas. Na cultura tratamos como a “zona muda”, ou seja, Menin (2006) afirma que são os pensamentos ou as crenças não expressas pelo indivíduo porque podem entrar em conflitos com valores morais ou normas de um determinado grupo. Para ela, esta zona é composta por elementos de uma representação adormecida e que não podem ser ativados, porque são “não expressáveis”:

“Considerando, ainda, que os elementos do núcleo central podem ser funcionais ou normativos, Abric (2003) sugere que os que ficam na zona muda são os normativos, pois estes são mais ligados a avaliações e valores, que aparecem como ilegítimos para o grupo de pertença do indivíduo que representa”. (Menin, 2006, P44).

Então compreendemos agora por que as bixas pretas não aparecem representadas no objeto desta pesquisa. Elas se encerram no campo da zona muda — em uma perspectiva dialética, elas são apagadas no âmbito simbólico, do mesmo modo como são apagadas ou silenciadas no âmbito das relações cotidianas. Sair desse lugar de apagamento/não existência representa um esforço de libertação do medo, dos estereótipos, da rejeição e das violências.

Isso é um fenômeno que Veiga (2019) chamará de “segunda diáspora”. Para o autor, a descoberta da homossexualidade por nós é um processo nocivo por experimentarmos a possibilidade de sermos retirados do nosso quilombo, do seio familiar e essa impossibilidade de ser coloca-nos no: “Impasse de negar a própria sexualidade e aderir à masculinidade heteronormativa para se proteger e preservar o amor de seus pares” (Veiga, 2019, p. 83) ou, ainda, corremos o risco de “assumir” a nossa sexualidade e não sermos aceitos dentro do nosso espaço afetivo.

Portanto, a partir das análises podemos compreender a forma como o racismo estrutural influencia as representações sobre homens brancos e negros na estruturação de uma sociedade que oprime as mulheres e produz violências que

afetam todos. Como Almeida (2019) define: “O racismo estrutural é uma maneira sistemática de discriminação e preconceito racial que tem como fundamento o conceito de raça e se manifesta por meio de práticas conscientes e inconscientes que geram privilégios ou desvantagens para determinados grupos raciais, dependendo de qual pertencem.”

O racismo estrutural, sendo estruturante da cultura e de suas manifestações, revela-se nas representações sociais de masculinidades presentes nas músicas, no que se afirma e no que se esconde, repondo/reproduzindo os estereótipos de masculino do homem branco heterossexual.

Ser hegemônico não significa ser absoluto. Estamos em tempos de poder ouvir e consumir outros artistas que fogem dessa hegemonia, tais quais Liniker, Ludmila, Rico Dalasam, Linn da Quebrada e seguimos...

4. PARA ENCERRAR, LINHAS DE FUGA/ENCONTROS

Busco na minha história respostas para os questionamentos mais profundos da minha alma, aqueles que o racismo muitas vezes me impede de responder. Durante a escrita dessa dissertação, resgatei centenas de memórias que me fizeram sentir raiva, que me fizeram chorar, que me tiraram o eixo, me desequilibraram. Busquei nos meus ancestrais explicações para tamanho sofrimento. Lembro-me nesse momento de uma história não contada ainda, mas que me traz a consciência da perversidade do racismo e do machismo — permitam-me contá-la agora.

O ano era 1999, eu tinha acabado de completar doze anos e meu pai tinha falecido recentemente. Meu irmão Paulo estudava no período da manhã e eu no período da tarde. Um dia, depois da aula, ele chegou em casa chorando muito e minha mãe perguntou para ele o que havia acontecido. Ele só me olhava e não respondia. Quando se acalmou conseguiu dizer, entre muitas lágrimas e soluços, que na escola estavam “zoando” ele dizendo que ele tinha uma irmã. Neste caso, a irmã era eu. Logo, eu também comecei a chorar e fui para o quarto. Não tenho lembranças de como minha mãe lidou com isso, mas lembro de como mexeu comigo.

Daquele dia em diante, prometi a mim mesmo que não faria mais minha família sentir vergonha de mim ou que fosse humilhada pela pessoa que eu era.

Lembro que minhas brincadeiras, minhas relações e meu comportamento foram mudando. Fui internalizando no meu SER padrões de uma masculinidade heteronormativa e, desde então, algumas ofensas foram desaparecendo à medida que eu me comportava mais como homem (branco). O tempo passou e muitas descobertas eu vivi desde então. Descobri que grande parte das minhas limitações são causadas pelo racismo, machismo, mas descobri também a possibilidade de reconstruir meus caminhos, minhas relações e meus afetos.

Escrever essa dissertação permitiu que eu revivesse a minha própria história e desse um novo sentido para ela. Na escrita desses textos descobri que é possível transformar não só a minha vida, mas também dos meninos e homens que tiverem acesso a ela. Este trabalho fornecerá a muitos homens pretos, pretes, às bixas pretas, às mulheres, às mulheres pretas e pretes a possibilidade de reviverem suas histórias e procurarem a sua rota de fuga. A minha será pela música e pela possibilidade de formar meninos que saibam contar suas histórias de um outro jeito quando forem adultos.

Com essa ânsia que tenho pela adolescência e pelo ensinar que chego na escola, abrindo espaço de diálogo, escuta e construção de uma masculinidade que não seja subalternizada e sim humanizada. Os meninos, principalmente os meninos negros, merecem saber que a humanidade também lhes pertence.

E, no caminho que continua, que possamos encontrar outras letras e outras produções que nos conduzam para outras representações sociais não hegemônicas.

Vai lutar/ Vai somar/ Vai sorrir/ Vai viver
 Vai e faz/ Pois ninguém/ Vai fazer por você
 Vencedor
 Vence a dor/ Pra ela não te vencer
 Plante amor/ Porque o que plantar vai colher
 É iluminar da sua estrada a caminhada
 É complicada da quebrada/ Quem veio do nada sabe qual é
 Mas nada, nada para você / Só você
 Vamo'aí/ Vamo'nós/ Vai que vai/
 Segue Assim/ Que hoje é dia de vitória
 Vamo'aí/ Vamo'nós/ Vai que Vai/ Pode pá
 Mudar pra sempre a nossa história
 Não interessa o que a vida faz com você
 O que interessa é o que você faz com que a vida faz por você.

(VENCEDOR - Thiaguinho)

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBINO, Airan – MILTons : MULTIPLAS TROCAS EM TOM DE CONVERSA in Diálogos Contemporâneos sobre Homens Negros e Masculinidades / Organizado por Restier, Henrique e Souza, Rolf Malungo de Souza – São Paulo: Ciclo Contínuo, 2019, p.214.

ALEXANDRINO, Ronaldo. A suposta homossexualidade. 1 ed. Curitiba: Appris, 2021.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. Racismo estrutural / Silvio Luiz de Almeida. -- São Paulo : Sueli Carneiro ; Pólen, 2019. 264 p. (Feminismos Plurais / coordenação de Djamila Ribeiro).

ARRUDA, A: Feminismo, gênero e representações sociais - Textos de história, vol. 8 nº 1/2- UFRJ, 2000.

BARRETO, A; Araújo, L; Pereira, M.E: Gênero e Diversidade na escola: Formação de professoras/es em gênero, orientação sexual e relações etnico-raciais. Livro de conteúdo. Versão 2009 - RJ:CEPSESC - Brasília: SPM, 2009.

BARDIN, L. ANÁLISE DE CONTEÚDO. Lisboa: Edições 70,1988.

BARROS, Surya Pombo de / ESCRAVOS, LIBERTOS, FILHOS DE AFRICANOS LIVRES, NÃO LIVRES, PRETOS, INGÊNUOS: negros nas legislações educacionais do XIX. <https://doi.org/10.1590/S1517-9702201609141039> .

BENTO, M.A.S: Branquitude - O lado oculto do discurso sobre o negro in: , 2103 (acesso: 25/07/2023).

BOLETIM DE ANÁLISE POLITICO-INTITUCIONAL: uma agenda em (Re) construção: os estados no federalismo brasileiro (2021) - <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/10923>. acesso em:: 07/01/2023.

CUSTÓDIO, Tulio Augusto - PER-VERTIDO HOMEM NEGRO: reflexões sobre masculinidades negras a partir de categorias de sujeição in: Diálogos Contemporâneos sobre Homens Negros e Masculinidades / Organizado por Restier, Henrique e Souza, Rolf Malungo de Souza – São Paulo: Ciclo Contínuo, 2019.

DAVIS, Angela. MULHERES, RAÇA E CLASSE; tradução Heci Regina Candiani. 1ed – São Paulo: Boitempo, 2016.

ESPINHA, Tatiana Gomes. A temática racial na formação em Psicologia a partir da análise de Projetos Político Pedagógicos: silêncio e ocultação. Tese (Doutorado). Campinas: Faculdade de Educação - Unicamp. 2017.

FANON, Frantz. Pele negra, máscaras brancas / Frantz Fanon ; tradução de Renato da Silveira . - Salvador : EDUFBA, 2008.

FAUSTINO, Deivison Mendes: *Prefácio* - Diálogos Contemporâneos sobre Homens Negros e Masculinidades / Organizado por Restier, Henrique e Souza, Rolf Malungo de Souza – São Paulo: Ciclo Contínuo, 2019.

FEITOSA, Caroline Felipe Jango, 1985- F329a “Aqui tem racismo!”: um estudo das representações sociais e das identidades das crianças negras / Caroline Felipe Jango Feitosa. – Campinas, SP: [s.n.], 2012 - <https://doi.org/10.47749/T/UNICAMP.2012.870856> - acesso em: 06/01/2023. BONILHA, T.P; SOLIGO, A.F;– A exclusão do aluno negro no sistema educacional brasileiro: uma discussão a respeito do “não lugar”. Revista científica y profesional de la Asociación Latinoamericana para la Formación y la Enseñanza de la Psicología – ALFEPSI. v 3, nº 7, 2015.

FREYRE, Gilberto. Casa grande e senzala. Brasília, 1963, p. 75. Freyre diz apenas transcrever o “Adágio” do relato de tal historiador alemão Heinrich Handelmann em sua História do Brasil (1860).

GADELHA, Regina M. d'Aquino Fonseca – A LEI DE TERRAS (1850) E A ABOLIÇÃO DA ESCRAVIDÃO CAPITALISMO E FORÇA DE TRABALHO NO BRASIL DO SÉCULO XIX - R. História, São Paulo. 120, p. 153-162, jan/jul. 1989. <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/18599/20662> .

GONÇALVES, Ricardo Juozepavicius - A SUPERIORIDADE RACIAL EM IMMANUEL KANT: AS JUSTIFICAÇÕES DA DOMINAÇÃO EUROPEIA E SUAS IMPLICAÇÕES NA AMÉRICA LATINA in: https://www.marilia.unesp.br/Home/RevistasEletronicas/Kinesis/13_ricardojuozepaviciusgoncalves.pdf p. 185 - acesso em 06/01/2023.

HOOKS, bell. Escolarizando homens negros. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 23, n. 3, p. 677-689, dez. 2015. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2015000300677&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 06/01/2023. <http://dx.doi.org/10.1590/0104-026X2015v23n3p677>.

MAY, Tim: PESQUISA SOCIAL: questões, métodos e processos. Tradução Carlos Alberto Silveira Neto Soares. 3.ed. – Porto Alegre: Artmed, 2004.

MEDEIROS, Leonardo Figueiredo Monteiro de (2019) - ABOLIÇÃO DA ESCRAVIDÃO E IMIGRAÇÃO ESTRANGEIRA: O PROCESSO E AS CONSEQUÊNCIAS ECONÔMICAS EM SÃO PAULO E NO RIO DE JANEIRO (1850-1930) - <http://hdl.handle.net/11422/9324>

MENIN, M.S.S: Representação Social e Estereótipo: A zona muda das representações sociais- UNESP-Presidente Prudente - Psicologia: Teoria e Pesquisa - Jan-Abr-2006 Vol.22 n.1 pp 43 -52.

MOSCOVICI, Serge - Representações sociais: investigações em psicologia social. Petrópolis: Ed. Vozes, 2003.

MUNANGA, Kabengele (2014) - UMA ABORDAGEM CONCEITUAL DAS NOÇÕES DE RACA, RACISMO, IDENTIDADE E ETNIA in: <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2014/04/Uma-abordagem-conceitual-das-noco-es-de-raca-racismo-identidade-e-etnia.pdf> - acesso em: 05/01/2023.

PRADO, Monica: Org. Artur Molina - Corpo de mulher, soberania de mulher - 1ed. Maringá, PR: iPerfil Editora, 2022. p. 95-156.

PEREIRA JUNIOR, Airton: AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DAS RELIGIÕES: de Matriz Africana na Educação – 1ed – Maringá, PR: iPerfil Editora, 2022- (Coleção conceitos; 7).

PEREIRA; SANTOS; SILVA, (2019) - PATERNIDADE E MASCULINIDADES NEGRAS: Exercícios de autorreflexão emancipatórios in: <https://periodicos.ufba.br/index.php/cadgendiv/article/view/29545/19530> - acesso em: 08/01/2023.

PEREIRA. João Batista. A criança negra: identidade étnica e socialização. Cadernos de Pesquisa (63): 41-45. 1987

PINHO, O: “Botando a base”: corpo racializado e performance da masculinidade no pagode baiano. Rev. de Ciências Sociais, n.47, 2017, p. 39-56.

RESTIER, Henrique - O DUELO VIRIL: Confrontos entre masculinidades no Brasil mestiço in: Diálogos Contemporâneos sobre Homens Negros e Masculinidades / Organizado por Restier, Henrique e Souza, Rolf Malungo de Souza – São Paulo: Ciclo Contínuo, 2019.

RIBEIRO, S.R – Expressões de masculinidades: Estudos antropológicos sobre masculinidade no Brasil.

SANTOS, Alexandre – RACISMO E COLONIALISMO NO BRASIL IN: <https://fenajud.org.br/?p=12912> (07/2022) acesso em: 06/01/2023.

SANTOS, Helio – A Busca de um caminho: a Trilha do Ciclo Vicioso – Ed. Senac – SP, 2005 in: http://produtos.seade.gov.br/produtos/ssp/v08n03_09.pdf (acesso em: 26/07/2023).

SILVA, Maria Aparecida Lima; SOARES, Rafael Lima Silva – REFLEXÕES SOBRE O CONCEITO DE RAÇA E ETNIA – Revista eletrônica de Culturas e Educação Caderno Temático: Educação e Africanidades N. 4 p. 99-115, ano 2 (novembro/2011) - <https://www2.ufrb.edu.br/revistaentrelacando/component/phocadownload/category/133?download=144>. Acesso em : 05/01/2023.

SOLIGO, Ângela – RACISMO ESTRUTURAL E A VIDA BRASILEIRA in: <https://www.fe.unicamp.br/fe-publica/publicacoes/racismo-estrutural-e-a-vida-brasileira> 15/06/2021 - acesso em: 06/01/2023.

SOLIGO, Ângela. O racismo camuflado no Brasil e seus guetos simbólicos. In Gallo, Sílvio (org). As diferentes faces do racismo e suas implicações na escola. Campinas: Leitura Crítica. 2014.

SOLIGO, Angela; JANGO, Caroline Felipe; GARNICA, Tamyres Proença Bonilha; LOURENÇO, Edna - Revista da ABPN • v. 10, Ed. Especial - Caderno Temático: História e Cultura Africana e Afrobrasileira – lei 10.639/03 na escola • maio de 2018, p.265-294 DOI 10.31418/2177-2770.2018.v10.n00.p265-294.

SOLIGO, Ângela; GONÇALVES, Luciane R. D; JANGO, Caroline F. - Psicologia, Educação e Relações racializadas. *in*: BORUCHOVITCH, Evely; AZZI, Roberta G.; SOLIGO, Ângela - Temas em Psicologia Educacional: contribuições para a formação de professores. Campinas, SP. Mercado de letras, 1ª ed, 2017.

SOUZA, Henrique Restier da Costa – COMO SER UM HOMEM NEGRO NO BRASIL? (2017) *in*: <http://justificando.cartacapital.com.br/2017/07/03/como-e-ser-um-homem-negro-no-brasil/> - acesso em: 05/01/2023.

SOLIGO, Ângela; WECHSLER, Solange. Crianças negra e professoras brancas: um estudo de atitudes. *Escritos sobre Educação* (1): 17-30. 2002

SOLIGO...[et.al]; Org. Artur Molina - Corpo de mulher, soberania de mulher - 1ed. Maringá, PR: iPerfil Editora, 2022. p. 68-71.

VEIGA, Lucas – ALÉM DE PRETO É GAY: AS DIÁSPORAS DA BIXA PRETA *IN*: Diálogos contemporâneos sobre homens pretos e masculinidades / Organizado por Restier, Henrique e Souza, Rolf Malungo de Souza – São Paulo: Ciclo contínuo editorial, 2019 232p.